

XXII SEMANA DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA E RESISTÊNCIA: PESQUISAS E DEBATES
SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA NO
NORDESTE**



**ANAIS XXII SEMANA DE
HISTÓRIA**

**ORG:
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA**

ISBN: 978-65-00-73015-9



Universidade Regional do Cariri – URCA Campus Pimenta



Arte:
@Guilhermededivania

**ANAIS XXII SEMANA DE HISTÓRIA- HISTÓRIA E
RESISTÊNCIA: PESQUISAS E DEBATES SOBRE AS
EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA NO NORDESTE**

**CRATO- CE
JUNHO- 2023**

Universidade Regional do Cariri – URCA

Campus Pimenta



ANAIS XXII SEMANA DE HISTÓRIA- HISTÓRIA E RESISTÊNCIA: PESQUISAS E DEBATES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA NO NORDESTE

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

De Oliveira; [et, Al], Pablo Thierry

S471x XXII Semana de História História e Resistência: pesquisas e debates
sobre as experiências de resistência no Nordeste / Pablo Thierry De Oliveira; [et,
Al]. Crato-CE, 2023.

91p. il.

Anais. Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Paula Cristiane de Lyra Santos

1.Nordeste, 2.Resistência, 3.Pesquisas, 4.Debates; I.Título.

CDD: 909

ISBN: 978-65-00-73015-9

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Clara Pinheiro Santos
Ana Cláudia Rocha Araujo
Alex Willamy Macambira Gatinho
Antônia Rosana Silva
Beatriz Amorim de Araújo
Brenda Iza Nascimento de Oliveira
Cícera Renata Fernandes de Lima
Joyce Ferreira Sousa
Letícia Rodrigues Pereira
Maria Aparecida de Sousa
Maria Larissa de Menezes Alcântara
Marília Isabel Tomaz Rocha de Moraes
Maria Aparecida das Chagas Furtado
Pablo Thierry de Oliveira Silva
Thais Maria Bezerra Ferreira Silva
Xaiane Gonçalves Pinho

COMISSÃO TÉCNICA

Paula Cristiane de Lyra Santos
Tatiana Olegário da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Antônia Rosana Silva
Pablo Thierry de Oliveira Silva

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Ensino de história, currículo escolar e os reflexos no ensino-aprendizagem.	8
A importância do estágio supervisionado no processo de formação docente: refletindo sobre experiências e concepções com relação ao papel do educador e o ensino de história	9
As problemáticas enfrentadas no ensino de História após a pandemia da Covid- 19: uma análise a partir da experiência do estágio de regência	11
Baú Antirracista: Uma oficina pedagógica como alternativa para um Ensino de História Lúdico.	13
.....	16
Para um ensino de história significativo: uso do recurso didático	17
pedagógico meme durante o estágio de regência no ensino fundamental.	17
Uso da tecnologia ancestral dos jogos de tabuleiro africanos para o ensino de história frente a lei 10.639/03: um relato de experiência.....	19
3. História Ambiental: sociedade e natureza nos sertões	21
Aldeamentos e povos indígenas no Ceará colonial (1696-1720).....	22
Povos de resistência: a luta indígena nos sertões cearenses no final da segunda metade do século XVII e meados do início do século XVIII (1698 - 1730).	23
Trabalhadores livres? Nem tanto: a vida dos moradores de favor no sertão cearense na segunda metade do século XIX	25
4. História, cultura e sociedade: produção cultural e disputas em torno da construção de narrativas.....	27
Arquitetos da negação: as mídias sociais e o negacionismo na cena pública brasileira	28
Ceará indígena, negro e quilombola: memória e movimento social nas publicações do Imopec (1988-2015).	34
5. História e Gênero: Discurso, representações e relações de poder	38
Pandemia de covid-19 e o agravamento da violência doméstica nos lares brasileiros	39
Práticas homofóbicas no ambiente escolar: uma análise a partir do estágio supervisionado.....	40

Regulando os modos do ser mulher através do vestir: fardamento do colégio santa Teresa de Jesus enquanto mecanismo de controle e disciplina do corpo.	42
Violência doméstica e imprensa: o caso Pamella Holanda (2021).	47
6. História, política e sociedade: disputas e embates no presente e no passado.	48
Negacionismo ambiental: desafios na era da propagação de notícias falsas e mídias digitais	49
Os discursos negacionistas da covid-19 na esfera pública midiática: ação das agências de checagem no combate as fake News	51
Sob o signo da copa do mundo de 1970: ditadura, futebol e propaganda política.	53
Uma análise do negacionismo na atualidade e a contribuição das agências de checagem no combate às fake News	55
7. Mundos do trabalho: conflitos, resistências e propriedade	56
As “classes perigosas” nos sertões cearenses: trabalho e conflitos no século XIX	57
Escravidão e aldeamento: exploração dos povos indígenas no Ceará colonial.	61
8. Temática livre	66
Maternidade e sensibilidades: a morte infantil entre as décadas de 1964 à 1988 na região do Cariri/CE.	67
O antigo cemitério do cólera em Jucás Ceará, como espaço de memória esquecido.	69
O Medo da Sedição.	73
Violência racial, ordenamento jurídico e relações escravistas na cidade do Crato da segunda metade do século XIX	77
Rompendo o encobrimento: roteiro de apagamento dos povos indígenas de EXU-PE.	82
9. Minicursos	84
10. Oficinas	86

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Centro Acadêmico de História, Assentamento 10 de Abril, apresenta os anais da **XXII SEMANA DE HISTÓRIA** que tem por tema **“História e Resistência: Pesquisas e debates sobre as experiências de resistência no Nordeste”**. O evento foi realizado de forma presencial na Universidade Regional do Cariri-URCA, campus Pimenta-Crato, durante os dias 26 a 30 de junho de 2023. A XXII Semana de História teve como propósito estimular o diálogo acadêmico acerca das diversas formas de resistência que ocorreram no Nordeste brasileiro ao longo do processo histórico, bem como fornecer o debate científico por meio das pesquisas desenvolvidas pelos palestrantes. Durante a Semana, foram realizadas mesas-redondas com professores/pesquisadores nos turnos da manhã e noite que apresentaram suas pesquisas e debateram as diversas formas de resistência no Nordeste, desde movimentos sociais ao enfrentamento a práticas como o negacionismo no cenário atual.

O evento também ofertou espaço para a submissão de trabalhos científicos desenvolvidos pelos graduandos, de modo a possibilitar a fomentação da pesquisa dentro da Universidade e dando espaço para crescimento dos estudantes da IES. Além das mesas-redondas e apresentações de trabalhos, o evento contou com minicursos, oficinas e atividades culturais que valorizam a cultura local e a sua relação com a resistência.

Por fim, ressaltamos que a XXII Semana de História foi um espaço de aprendizado e reflexão sobre as experiências de resistência no Nordeste e sua importância na construção da história brasileira. O que permitiu que os estudantes tivessem contato com pesquisadores experientes em um ambiente de aprendizado diversificado. A participação em eventos é uma das formas de ampliar o conhecimento e de encontrar novas possibilidades de atuação profissional nas pesquisas desenvolvidas no campo da História.

Gostaríamos também de deixar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que estiveram envolvidas na Semana de História. Aos palestrantes, monitores, a comissão técnica, ouvintes, autores, ministrantes de minicursos e oficinas, a comissão organizadora e ao estudante Guilherme, criador da arte utilizada como símbolo do evento, assim como a professora Paula Cristiane por todo auxílio. Sem cada um de vocês este evento não teria se tornado realidade.

Ensino de história, currículo escolar e os reflexos no ensino-aprendizagem.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE: REFLETINDO SOBRE EXPERIÊNCIAS E CONCEPÇÕES COM RELAÇÃO AO PAPEL DO EDUCADOR E O ENSINO DE HISTÓRIA.

MYRELE SOARES FEITOSA¹, DINAJILAS GOMES DE MELO SANTOS²

Resumo:

O presente trabalho é fruto de experiências vivenciadas durante o Estágio Curricular III do Curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri-URCA. Tratando-se de uma disciplina obrigatória nos cursos de graduação e licenciatura que está presente somente no 7º semestre, de acordo com a grade curricular da instituição e que possui carga horária total de 108 horas, mas que se encontra dividida em 78h para observação escolar e 30h para orientações, estudos de textos e socialização na universidade. Cabe evidenciar sua importância para que nós enquanto estudantes universitários possamos ter um primeiro contato com o ambiente no qual iremos atuar futuramente e possamos assim conhecer um pouco da realidade enfrentada pelo educador, como também pelo educando. Esse estágio foi realizado em uma instituição escolar localizada na cidade de Caririaçu - Ce. Para tanto, nossas reflexões são oriundas das experiências e de todo turbilhão de sentimentos vividos antes, durante e pós-estágio. Desse modo, essa comunicação tem como intuito compreender a relevância das vivências do estágio de observação escolar no Ensino Fundamental II, para a formação dos graduandos em História e refletir sobre os discursos e concepções com relação ao papel do educador na sociedade vigente. Logo, nessa pesquisa de natureza qualitativa, utiliza-se como base metodológica o levantamento bibliográfico, as vivências através do estágio e o desenvolvimento de discussões e debates na universidade. Nesse sentido, os conceitos teóricos usados para enveredar a pesquisa são: ensino de história tendo como base BITTENCOURT (2009), ser educador na visão de LUCKESI (2009) e aprendizagem significativa a partir de AUSUBEL (1982). Ademais, a pesquisa busca perspectivar um olhar problematizador do historiador em formação com foco no papel do educador e nos desafios desencadeados pela profissão.

Palavras-chave: Estágio; Experiências; Ensino de História; Educador; Educação Básica.

Referências:

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** São Paulo: Moraes, 1982.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.291-350.

¹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: myrele.soares@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, E-mail: dinajilas.gomesdemelosantos@urca.br

LUCKESI, C. C. **O educador: qual é o seu papel na contemporaneidade?. In: Cristina D'Ávila. (Org.). Ser Professor na Contemporaneidade.** São Paulo, SP: Editora CRV, 2009, p. 41-53.

ROCHA, Ermita do Amaral. SILVA, Américo Junior Nunes da. **O estágio curricular supervisionado de observação: Tecendo reflexões e refletindo sobre esse espaço de formação.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 07, pp. 61-71. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estagio-curricular>.

AS PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS NO ENSINO DE HISTÓRIA APÓS A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA.

PABLO THIERRY DE OLIVEIRA SILVA³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central desenvolver uma análise sobre as principais dificuldades enfrentadas no ensino de História após a pandemia da COVID-19. Para isso, baseia-se na experiência adquirida durante a disciplina de Estágio Supervisionado, parte integrante da matriz curricular do curso de História da Universidade Regional do Cariri. A pesquisa foi realizada na rede de ensino básico de Juazeiro do Norte, Ceará, e concentrou-se no Ensino Fundamental II, abrangendo as turmas do 6º ao 9º ano no turno da tarde. Durante o segundo semestre de 2022, foram realizadas observações e práticas pedagógicas, proporcionando um período de aprendizagem mútua. A análise busca identificar e compreender as dificuldades encontradas na instituição de ensino da rede municipal, levando em consideração o contexto pós-pandemia. Essas dificuldades estão relacionadas com os aspectos de adaptação ao ensino remoto, a falta de acesso adequado à tecnologia e à internet, a presença de interação presencial entre alunos e professores, além dos desafios de manter o interesse e a motivação dos alunos em um contexto de ensino à distância. Por meio dessa pesquisa que visa contribuir para o debate e a reflexão sobre o ensino de História no contexto pós-pandemia, fornecendo benefícios para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Ao analisar as dificuldades enfrentadas no ensino de História após a pandemia, esse estudo visa contribuir para a melhoria da educação, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais adequado e eficiente.

Palavras-chave: Ensino de História. Estágio Supervisionado. COVID-19

Referências:

BARROS, Carlos Henrique Farias De. **Ensino De História, Memória e História Local**. Revista de História da UEG, p. 301-321, 2013. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/ensino-historia-memoria-historia-local.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

³ Graduando em História pela Universidade Regional do Cariri, E-mail: pablo.thierry@urca.br

BARROS, José D'Assunção. **Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. História: Debates e Tendências**, [s. l.], v. 12, ed. 2, p. 305-325, jul/dez de 2012 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3073>. Acesso em: 02 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Data de acesso: 30 de dez de 2022.

LIMA, Maria do Socorro et al. **As Dificuldades de Aprendizagem De Leitura e Escrita No Ensino Fundamental e o Seu Contexto Escolar**. Semana Acadêmica, [s. l.], p. 01-11, 2020. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_socorrimha_0.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023

BAÚ ANTIRRACISTA: UMA OFICINA PEDAGÓGICA COMO ALTERNATIVA PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA LÚDICO.

DIEGO FERNANDO DA SILVA⁴

Resumo: O presente texto surge com a finalidade de descrever o trabalho final da Disciplina de Estágio II, componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura Plena em História, ministrada pelo professor Cícero Joaquim dos Santos, na Universidade Regional do Cariri – URCA. Onde a mesma requer que os estudantes realizem seus estágios em espaços não escolares, como associações de bairro, grupos culturais, espaços socioeducativos e entre outros. Estando compreendida em etapas: observação, participação e pesquisa em gestão, documentação e ação educativa nesses museus, centros culturais e arquivos. Dessa forma, a oficina educativa é cobrada como trabalho de conclusão da referida disciplina. A oficina foi realizada na Fundação Educativa e Cultural – ARCA, em Altaneira, Ceará. Onde o futuro docente procurou trabalhar o tema “Racismo” com as crianças da instituição de maneira lúdica e prazerosa, mostrando que o aprender e ensinar podem ser realizados de maneira mais lúdica. Assim sendo, as etapas dessa ação importante serem demonstradas ao longo da escrita do texto.

Palavras-chave: Oficina Educativa. Ensino de História. Racismo na Infância. Formação docente.

1. Introdução

Vivemos em uma sociedade dinâmica, onde ocorrem constantes transformações, assim, também no processo de ensino e aprendizagem, é preciso que se procurem maneiras diferenciadas para trabalhar os diversos temas que permeiam as disciplinas, tendo como objetivo instigar a atenção dos alunos, haja vista que estes também acompanham as transformações que ocorrem na sociedade.

Nesse sentido, as oficinas educativas, possuem um enorme poder em inovar e provocar os conteúdos ensinados em sala de aula de um modo simples e descontraído, trazendo assim, assuntos importantes na vida dos educandos. Onde fica visível que o conhecimento e o acesso a novas metodologias pelos profissionais da educação estão cada vez mais tomando proporção e entrando nas salas de aulas das escolas de ensino Infantil, fundamental e médio. Dessa forma, podemos notar que o uso de novas práticas no ensino de História tem sido amplamente discutido, como forma de fazer com que essas crianças e adolescentes estejam cada vez mais visualizando a realidade sem ilusões e procurando desmistificar verdades absolutas.

Nesse sentido, pensando em algo que fosse inovador, diferente e atraente para as crianças de Altaneira e que fazem parte da Fundação Educativa e Cultural – ARCA, pensou-se em uma metodologia que promovesse a aprendizagem ao mesmo tempo em que fosse lúdica e prazerosa. Nesse contexto, a oficina pedagógica aparece como uma importante ferramenta para ser trabalhada nessa

⁴ Graduando em História- Urca. E-mail: dyeggo.fernando@urca.br

localidade. O tema que será trabalhando na oficina versa sobre o racismo, a partir de questões que já existem no próprio meio dos indivíduos dessa localidade. Questões relacionadas ao racismo ainda são frequentes em meio à sociedade.

2. Objetivo

Objetivo Geral:

Fazer com que os futuros de nosso país, as crianças, consigam compreender as representações históricas referentes à população negra e entender a sua devida relevância na sociedade.

Objetivos Específicos:

Analisar a postura da sociedade com relação às pessoas pretas; Compreender as demandas sociais das populações negras;

Entender o processo de afirmação étnica da população negra a partir de metodologias lúdicas;

Analisar as diferentes formas de racismo da sociedade;

Trabalhar a aceitação conseguindo visualizar que a beleza se encontra em diversas formas.

3. Metodologia

Diante tudo o que foi colocado, é necessário antes de refletirmos sobre a ação realizada, discutir o que para Anastasiou e Alves (2004) é uma Oficina Pedagógica:

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 95).

Seguindo essa linha de raciocínio, a oficina foi intitulada: “Baú Antirracista: Impactos do Racismo na Sociedade brasileira”. Foi dividida em cinco momentos. Inicialmente, os alunos do fundamental I, entre seis e dez anos, foram convidados para fazerem um círculo, e sentarem-se. Por conseguinte, perguntas geradoras estiveram sendo colocadas em prática, que foram: “Você sabe o que é racismo?” “Você já sofreu racismo?” “Como vocês acham que podemos mudar essa situação?” Com o objetivo de gerar uma reflexão inicial.

Em seguida, um baú de madeira, onde tudo iria girar em torno do mesmo, escolhido como o centro. Partindo do princípio da ideia do livro: “A Danação do Objeto”, onde o Regis Lopes reflete muito bem da importância da questão material:

“Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição unitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses.” (RAMOS, 2008, p.18).

Depois, foram colocadas no centro da roda de onde foram tiradas fotos de pessoas negras da própria comunidade, perguntando aos educandos se os mesmos conhecem essas pessoas, onde os representantes são: Angelita Santos da Silva uma grande rezadora, Paula Hayanne Xavier da Silva advogada do lugar, Nicolau Chiavaro Neto professor de História, Thamyres da Silva educadora

da fundação em que ocorreu a atividade e Dariomar Rodrigues o prefeito da cidade de Altaneira. Com o intuito de trabalhar personalidades pretas do lugar e valorizar a representação desses seres humanos para a localidade.

No terceiro momento, um espelho foi colocado no baú, onde esteve sendo passado para as crianças individualmente com o objetivo de trabalhar a autoaceitação, a partir da sua imagem. No quarto momento foi apresentada uma poesia autoral pela educadora Nayane Tellys Silva, da própria instituição, para que gerasse a discussão sobre cultura negra. E Por fim, foram entregues gíbios impressos do “Toinzinho apresenta: Zumbi e o dia da consciência Negra”, trabalhando o racismo estrutural e a importância de viver em uma sociedade harmônica e igual. Além disso, pirulitos com frases de efeito para que não se repitassem certos tipos de linguagem.

4. Resultados

Os resultados foram muito bons, pois essas crianças estiveram refletindo sobre as suas atitudes cotidianas nos últimos tempos e reconhecendo as suas próprias potencialidades quanto às dos colegas. Sem contar com o grande protagonismo de todas. É a partir dessas ações entre universidade pública e sociedade que comprovamos reafirmam que além de uma instituição de ensino, a mesma instaura novos conhecimentos, técnicas e tecnologias através do pesquisador da instituição de Ensino Superior. Onde por meio de um dos pilares, a extensão, esse saber chega às pessoas na forma de programas, projetos e ações que ajudam a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em cursos de Licenciatura especificamente, essas ações fortalecem o futuro profissional docente a como lidar com algumas situações dessas em sala de aula.

Considerando esse contexto, um exemplo disso é a questão do Racismo, que foi trabalhada nesse texto. Além do crescimento no ponto de vista pessoal, já que o professor ensina dentro e fora de sala de aula. Assim, o ensino da História em seu eixo inovador possibilita aos alunos os recursos necessários e metodológicos para compreensão do conhecimento histórico e de como o mesmo é produzido e reproduzido no meio social e educativo.



Figura 1: Baú de madeira utilizado na oficina.



Figura 2: momento de perguntas sobre a temática.



Figura 3: Dinâmica do espelho.



Figura 4: Apresentação de algumas personalidades da cidade Altaneira.



Figura 5: Poesia sobre a temática negra.



Figura 6: pirulitos com frases antirracistas.

5. Conclusão

Diante tudo o que foi apresentado, conclui-se que essa oficina pedagógica teve um resultado bastante significativo para as crianças da Fundação Educativa e cultural - ARCA, pois puderam está refletindo sobre seus atos e se tornando pessoas melhores e consequentemente tendo um melhor convívio com os colegas e sociedade. Cada etapa foi pensada em combater essas atitudes de discriminação e fazer com que a aceitação e a negação de práticas racistas estejam presentes desde cedo na vida dessas crianças.

6. Agradecimentos

Agradeço a todos os membros que fazem parte da Fundação Educativa e Cultural – ARCA, por todo o apoio para que a oficina fosse realizada. E também ao professor Cícero Joaquim dos Santos pelas orientações da disciplina de Estágio II.

7. Referências

CANO, M. R. de. O. **A reflexão e a prática em História**. 2012, p. 115.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 53º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 103, 1996.

RAMOS, F.R.L. **danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004. 178 P. 18.

PROJETOARCAALTANEIRA.Disponívelem:<https://projetoarcaaltaneira.com/sobre>. Acessado em: 19. Fev.2023.

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. **Estratégias de ensinagem. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**, v. 3, p. 95, 2004.

PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA SIGNIFICATIVO: USO DO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO *MEME* DURANTE O ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

JÉSSICA MYLENA DE OLIVEIRA SERAFIM⁵

Resumo: Objetivamos refletir sobre a experiência do uso do recurso didático-pedagógico *meme* para o ensino de História durante o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – anos finais, desenvolvido em uma escola pública no município do Crato - CE, realizado no ano de 2022. Assim, a proposta desse texto é relatar essa experiência, frisando a importância do uso do *meme* para a participação discente na construção do conhecimento histórico, frente ao desinteresse e dificuldades enfrentadas pelos alunos do 7º ano no componente curricular de História. Cabe destacar que essa decisão de usar esse recurso, partiu depois da observação e do diálogo com a turma, após notar um nível elevado de desinteresse e indisciplina durante as aulas. Além disso, também foi aplicada uma dinâmica onde eles escreveram no papel se gostava ou não de história e, a partir do diagnóstico desses relatos, pensei em utilizar recursos didáticos para tornar as aulas de história mais atrativas e para explicitar com mais nitidez o assunto em trâmite, assim como, gerar curiosidade e motivação por parte dos alunos. Diante desse cenário, o *meme* revelou-se como um objeto pedagógico promissor, pois é um recurso atual, dinâmico e desperta atenção dos alunos. A seleção dos *memes* se deu através do perfil do *Instagram*, “História no Paint”, seguido da escolha daqueles que possuíam elementos que se aproximassem do dia-a-dia dos alunos. Foram escolhidos aqueles que fazem referência a dois filmes, *Tropa de Elite* (2007) e *Vingadores: Ultimato* (2019), ambos potencialmente significativos para estabelecer relação com o conteúdo. A aula em que utilizei os *memes* como recurso didático foi realizada no 7º ano D, considerado a “pior turma da escola”, mas como afirma Paulo Freire (2004), ensinar exige convicção de que a mudança é possível. O objeto do conhecimento da aula foi “Renascimento e Humanismo” e foi lecionada a partir dos critérios propostos pelo historiador Fernando Seffner (2013) para alcançar uma aprendizagem significativa, baseada na teoria de David Ausubel (1980). De forma geral, foi possível perceber que essa aula, priorizando o conhecimento prévio dos alunos, usando o *meme* para explicar o conteúdo, foi uma boa estratégia, pois observei que os alunos se sentiram mais à vontade para participar e interagir durante a explicação, ficando mais interessados no conteúdo, o que acabou por contribuir para o funcionamento da dinâmica dessa sala, amenizando a indisciplina e o desinteresse que causava bastante desconforto nessa turma.

Palavras-chave: Estágio. Ensino de história. Memes. Recursos didático-pedagógicos.

Referências:

COELHO, Nubia Challine de Oliveira. **Uso dos memes como recurso didático no ensino de história – uma análise de experiência.** In:

⁵ Universidade Regional do Cariri, E-mail: serafim.jessica@urca.br

https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628542198_ARQUIVO_5e947b909787fba6737d9ab9ee3c97db.pdf. Acessado em 22 de mai. de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula**. Capítulo 3. In: GIACOMONI, Marcello Paniz, Pereira. **Jogos e Ensino de História**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I ENCONTRO DE PESQUISA. Maringá, PR, 2007. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf>. Acesso em: 04 ago. de 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TIBA, Içami. **Disciplina: Limite na medida certa**. São Paulo: Integrare, 2006

USO DA TECNOLOGIA ANCESTRAL DOS JOGOS DE TABULEIRO AFRICANOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA FRENTE A LEI 10.639/03: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

JÉSSICA MYLENA DE OLIVEIRA SERAFIM⁶

Resumo: Neste trabalho o objetivo é relatar a experiência do uso da tecnologia ancestral dos jogos de tabuleiro africanos para o ensino de História frente a lei 10.639/03, resultado do trabalho final da disciplina obrigatória Oficina de História II, proposta curricular do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Nesse sentido, propomos relatar a experiência do uso dos jogos de tabuleiro africano no ensino de História, salientando sua contribuição para efetivação da Lei 10.639/03 da Diretrizes e Bases da Educação Nacional que torna obrigatório o ensino de cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar das instituições de ensino básico no Brasil. Inicialmente, foi realizado um estudo exploratório de trabalhos na plataforma do *Google Acadêmico*, afim de selecionarmos trabalhos, entre artigos e teses, para construir bases científicas para o uso dos jogos, mas especificamente do tabuleiro africano Mancala. Posteriormente, entre a variedade de jogos encontrados da família africana como Yoté, Fanorama e Mancala, selecionamos o último por sua acessibilidade, simplicidade e potencialidade educativa, contando com variadas cores e modelos, podendo ser fabricado usando recursos recicláveis, como caixa de ovos, copos descartáveis e, até mesmo, fazendo buraco na terra. Logo após a seleção, partimos para confecção e customização de Mancala com caixas de ovos. Prontas, partimos para o uso dessa tecnologia ancestral que aconteceu na II Amostra do Brincar na comunidade periférica do Gesso no município do Crato – CE e, contou com várias atividades, incluindo o estande de jogos e brincadeiras didáticas-pedagógicas, onde ficamos. Antes de cada rodada, apresentamos a Mancala como expressão cultural rica e complexa de origem africana, pontuando que ao explorar suas regras, estratégias e dinâmicas poderíamos aprender sobre valiosos aprendizados para além de uma competição de tabuleiro, como conexão com a cultura africana, aprendizado interdisciplinar, cooperação, sociabilidade e fortalecimento da identidade, orgulho cultural e pertencimento a origem africana ou afrodescendentes. Ao final dessa experiência com boa recepção dos alunos, percebemos que ao utilizar a Mancala como recurso educacional, podemos contribuir para a efetivação da Lei 10.639/03, pois pode proporcionar um ensino-aprendizagem diverso, significativo, lúdico, inclusivo e sobretudo, promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais a partir de tecnologias ancestrais.

Palavras-chave: Tecnologia ancestral. Jogos africanos. Mancala. Lei 10.639/03.

Referências:

⁶ Universidade Regional do Cariri, E-mail: serafim.jessica@urca.br

ROSA, Marilena Cerqueira Siqueira. **Jogo De Tabuleiro No Ensino De História: O Continente Africano E Sua Diversidade**. Especialização em História da África. Universidade Federal de Juiz de Fora: 2016.

DA SILVA, Elizabeth de Jesus. Desafios para o ensino da cultura e história da África: experiências com jogos africanos em escolas públicas. **Novos olhares sociais**, v. 1, n. 1, p. 186-212, 2018.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Mauricio. **Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2

História Ambiental: sociedade e natureza nos sertões.

ALDEAMENTOS E POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL (1696-1720)

MARIA APARECIDA DE SOUSA⁷, DARLAN DE OLIVEIRA REIS JUNIOR⁸

Resumo: Esse projeto de pesquisa tem por objetivo desmistificar a noção que existe sobre os povos indígenas como seres cristalizados no passado ao analisar a sua atuação como agentes ativos dentro dos aldeamentos nos sertões, no período do Ceará Colonial (1696-1720). Para identificar a sua presença será destacado o processo de exploração da mão-de-obra indígena, as relações de alianças feitas entre eles e a coroa, o processo de transformação étnico e como os aldeamentos contribuíram para a usurpação de terras nesse território. A construção desse trabalho será baseada nas leituras bibliográficas, como a aparato teórico preliminar, farão parte, autores como (CUNHA, 2012), (DE ALMEIDA, 2010), (MONTEIRO, 2002) e outros que poderão fazer parte com o avançar das leituras. E no que diz respeito as fontes documentais, encontram-se presentes no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), a Coleção Memória Colonial do Ceará, especificamente o Volume I, Tomo II, e a publicação impressa do Francisco José Pinheiro “Documentos para a História colonial, especialmente a indígena”, que consistem em um conjunto de cartas avulsas do Conselho Ultramarino, recolhidas pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). No momento a pesquisa encontra-se na fase inicial, portanto, não temos conclusões. No entanto, as leituras e análises do material de pesquisa já está em andamento.

Palavras-chaves: Aldeamentos. Povos Indígenas. Ceará Colonial. Exploração.

Referências:

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** – 1º ed. - São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DE ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Editora FGV, 2010.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de livre docência. Campinas – SP, UNICAMP, 2001.

Fontes:

Primeiro volume Tomo II; 1699-1720 da coleção Memória Colonial do Ceará documentos que compunha os Avulsos do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público do Ceará. Que se encontram no Centro de Documentação do Ceará- CEDOCC. Conjunto de documentação do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público Ceará, no livro Documentos para a História Colonial, Especialmente a indígena no Ceará. (1690-1825) de Francisco José Pinheiro.

⁷ Universidade Regional do Cariri, E-mail: aparecida.sousa@urca.br

⁸ Universidade Federal do Cariri, E-mail: darlan.reis@ufca.br

POVOS DE RESISTÊNCIA: A LUTA INDÍGENA NOS SERTÕES CEARENCES NO FINAL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII EM MEADOS DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII (1698 – 1730)

**THAIS MARIA BEZERRA FERREIRA SILVA⁹, DARLAN DE OLIVEIRA
REIS JUNIOR¹⁰**

Resumo: Com o avanço da pecuária no final do século XVII, na capitania do Ceará, cresceu a busca por novas terras, o que gerou o aumento de colonizadores portugueses que seguiram em direção às zonas mais interioranas, e que provocou uma série de conflitos entre esse grupo e os povos que já estavam instalados naquela localidade.

A pesquisa tem como objetivo analisar os povos indígenas presentes no Sertão do Ceará, nas localidades tidas naquele período como “ribeiras do Jaguaribe” e apresentar quais foram os mecanismos de controle e conquista utilizados pelos colonizadores portugueses e, a partir disso, discutir sobre as formas de resistência que os grupos indígenas que viveram na região em meados do século XVIII adotaram como uma maneira de enfrentar a dominação e violência empregadas pelos primeiros europeus.

Serão analisadas as formas de violência utilizadas pelos colonos contra os grupos indígenas, e como essa violência era uma importante questão na tomada de decisões políticas para a capitania. A violência refletia-se em atos e, também, na linguagem. Os povos nativos são adjetivados como gentios e bárbaros (PINHEIRO, 2008). O termo “gentio” é fortemente usado para expressar a ideia de pagãos infiéis e o termo “bárbaro” ao se referir a indivíduos tidos como selvagens desprovidos de leis ou normas.

No campo da historiografia, o tema dos indígenas é fortemente trabalhado, entretanto, alguns aspectos são deixados de lado. Ao analisar trabalhos que tratam da perspectiva da resistência desse grupo, é comumente apresentados atos de conflitos diretos, batalhas entre colonos e nativos, e muitas vezes não são mencionadas outras formas de resistência que foram adotadas no período, como alianças que foram formadas, principalmente com o objetivo do uso da mão de obra indígena para fins militares, e que foram para esses povos uma forma de manter a salvo e protegidos os membros de suas aldeias. A dissimulação dos fracos diante o poder não deve surpreender-nos. (SCOTT, 2013)

Talvez possamos dizer, portanto, que o poder das normas sociais expresso nas formas de cortesia requer muitas vezes que sacrifiquemos a sinceridade a um relacionamento mais fácil com nossos conhecidos. Um comportamento circunspecto pode admitir também uma dimensão estratégica: a pessoa a quem damos uma representação distorcida de nós mesmos poderá um dia estar em condições de nos prejudicar ou auxiliar de alguma maneira. (SCOTT, 2013)

A maneira como o projeto será desenvolvido ocorrerá por meio da análise de documentações coloniais presentes no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), laboratório de pesquisa vinculado ao Departamento de História, presente na Universidade Regional do Cariri (URCA), com foco em especial para cartas dos habitantes da capitania dirigidas ao Conselho Ultramarino. A documentação utilizada encontra-se reunida em uma

⁹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: thaismaria.bezerrafs@urca.br

¹⁰ Universidade Regional do Cariri, E-mail: darlan.reis@urca.br

coletânea composta por cinco volumes intitulada *Memória Colonial do Ceará*, que vai desde o ano de 1618 a 1754. Na pesquisa em questão, serão utilizados os volumes que fazem referência aos anos de 1698 a 1730, pois é nesse recorte temporal onde há a ocorrência da “guerra dos bárbaros”, um período de tempo onde o número de conflitos alcançou seu apogeu.

É necessário buscar enxergar os grupos indígenas além da ideia ficcional criada acerca deles, entender que esses indivíduos eram seres dominados por seus romances, e acima de tudo, por seus interesses. É a compreensão sobre esse aspecto que torna capaz estudá-los e observá-los além da imagem fossilizada que foi construída com o passar dos tempos e que ainda é fortemente apresentada.

Palavras-chave: Indígena. Dominação. Resistência. Violência.

Agradecimentos:

Ao Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), Laboratório Vinculado à Universidade Regional do Cariri (URCA), local onde encontram-se reunidas as fontes utilizadas na pesquisa.

Referências:

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos ocultos**.

– Tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Edição Livraria Letra Livre, 2013.

TRABALHADORES LIVRES? NEM TANTO: A VIDA DOS MORADORES DE FAVOR NO SERTÃO CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Marília Isabel Tomaz Rocha de Moraes¹¹; Darlan de Oliveira Reis Junior¹²

Resumo: A pesquisa tem como objeto os camponeses que não possuíam terras, na segunda metade do século XIX, no Sertão Cearense. Busco analisar as formas de controle dos proprietários de terra sobre os denominados “moradores de favor”. Para realizar este objetivo, procurarei entender o contexto socioeconômico no recorte temporal. Além disso, levarei em conta a questão do trabalho no período, no Brasil, que era a do trabalho escravizado e as diferentes formas de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras livres. Dessa forma, as relações de poder serão analisadas levando em consideração a formação social escravista. A relação entre a classe senhorial e seus substratos e os camponeses moradores de favor em suas terras, as obrigações e formas de dominação e de resistência, conforme explica James Scott (2013). Essas relações estavam permeadas por condições severas de vulnerabilidade e dependência social (SCOTT, 2013, p.16).

Ao pesquisar sobre as condições em que os pobres viviam no Sertão cearense, é possível identificar o modo em que essa parcela da população era tratada. Muitas vezes descritos pela classe senhorial como vadios e preguiçosos, eram submetidos ao trabalho pesado, em formas distintas de trabalho compulsório e de obrigações paternalistas (REIS JUNIOR, 2019, p.242-243). A vida desses homens de condição humilde não era fácil. Ao trabalharem para si e suas famílias, ainda assim eram descritos como ociosos. Além disso, havia o risco da submissão através do recrutamento estatal, seja para obras ou para o serviço militar.

A justificativa para impor o trabalho foi variada. O combate à ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição da mão de obra escrava, a realização de obras públicas, a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras. (REIS JUNIOR, 2019, p.25)

Na formação social escravista, além da escravidão, existiam outras formas de trabalho compulsório, e a exploração da mão de obra dos trabalhadores livres era necessária para a produção agrícola. O Ceará tinha essas características. E dentre as diferentes formas de submissão dos trabalhadores livres, em especial do mundo rural, estava a que buscamos investigar: a morada, o que, segundo Garcia Junior,

Ser ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente (...). Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter melhor opção de lugar para ir; não dispo de meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os forneceria e até mesmo os organizasse para ele" (Garcia Jr., 1990, p.38)

¹¹ Graduanda em História pela Universidade regional do Cariri- URCA Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. Membro do núcleo de estudos em história social e ambiente (NEHSA); mariliaisabel.moraes@urca.br

¹² Orientador, Professor Associado da Universidade Regional do Cariri, Departamento de História. darlan.reis@urca.br

Palavras-chave: Moradores de favor. Camponeses. Trabalho.

Referências:

GARCIA JUNIOR, A. 1990, **O Sul**: caminho do roçado. Brasília, Marco zero, Unb, CNPq REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Os usos e abusos no mundo do trabalho a desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará**. Crato, edição 23 nº2, maio/agosto, 2019.
SCOTT, James C. A dominação e a arte da Resistência: discursos ocultos. **Letra livre**. Lisboa.2013

História, cultura e sociedade: produção cultural e disputas em torno da construção de narrativas.

ARQUITETOS DA NEGAÇÃO: AS MÍDIAS SOCIAIS E O NEGACIONISMO NA CENA PÚBLICA BRASILEIRA.

GABRIELA CRUZ ABREU¹³, ILZA MARIA FERREIRA DOS SANTOS¹⁴, JANIZI DAS DORES RODRIGUES¹⁵ E SÔNIA MARIA DE MENESES SILVA¹⁶

Resumo: Este trabalho é fruto de um projeto que está sendo desenvolvido no Lapehc – Laboratório de Pesquisa em História Cultural da Universidade Regional do Cariri – URCA, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/FUNCAP. Assim, é relevante pois, visa discutir a presença das narrativas negacionistas na esfera pública brasileira no tempo presente, especificamente entre os anos de 2010 a 2021. Com isso, é notório o crescimento exponencial dos negacionismos na cena pública nos últimos anos, especialmente com o advento das redes sociais e sua capacidade de reprodução e propagação de notícias, mesmo muitas delas sendo fake news ou negacionistas. Logo, entre esse volume significativo de negacionismos sendo compartilhados na Internet, um número significativo se refere à negação de fatos históricos importantes, como a escravidão indígena e africana no Brasil e a Ditadura Militar de 1964.

Palavras-chave: Negacionismo. Mídias sociais. História.

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, é de extrema relevância pontuar que os negacionismos passaram por um processo de multiplicação exacerbada na última década, esse fato se deve a alguns fatores, entre eles a massificação das mídias digitais e sua capacidade de alcance, engajamento e proliferação de narrativas. Desse modo, deve-se discutir o conceito de negacionismo, as modificações que o termo sofreu ao longo dos anos e como ele se estrutura historicamente na sociedade, a fim de compreendermos a atuação do conceito na contemporaneidade.

Assim sendo, o conceito de negacionismo emerge no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o historiador francês Henry Rousso e nesse momento, o termo negacionismo era utilizado para se referir apenas aqueles

¹³ Graduanda do curso de História na Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FUNCAP. E-mail: gabriela.abreu@urca.br

¹⁴ Graduanda do curso de História na Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FUNCAP. E-mail: ilza.santos@urca.br

¹⁵ Graduanda do curso de História na Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FUNCAP. E-mail: janizi.rodrigues@urca.br

¹⁶ Professora do departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: sonia.meneses@urca.br

negadores do Holocausto nazista (VALIM, BEVERNAGE, AVELAR, 2021). Conquanto, apesar do conceito ser formulado apenas em 1987 por Rousso, a prática de negação da existência dos campos de concentração e do genocídio judeu já era executada muitos anos antes, com suas primeiras aparições na França. Em 1946, Maurice Bardèche criticou o Tribunal de Nuremberg e negou o extermínio dos judeus. Ademais, nos anos 1960, Paul Rassinier, que é considerado o pai do negacionismo contemporâneo e Pierre Guillaume foram os responsáveis pelas primeiras publicações de viés negacionista na Europa.

Entretanto, observa-se que nos últimos anos o negacionismo incorporou novos elementos, passando a negar não apenas o Holocausto, mas uma série de outros fatos históricos, a ciência, as estatísticas entre outros. É visto constantemente na cena pública brasileira grupos, pessoas públicas e até mesmo políticos propagando discursos de negação da Ditadura Militar, das vacinas, do aquecimento global e das pesquisas científicas. Com o auxílio das redes sociais para disseminar essas narrativas, fica evidente o quanto o negacionismo se expandiu na última década e tomou proporções imensas.

Por essa perspectiva, estima-se que a profusão exacerbada de discursos negacionistas na contemporaneidade se deva a fatores complexos, entre eles a ascensão da Internet e com ela, as mídias sociais digitais, bem como a ascensão de regimes políticos de extrema-direita pós-crise de 2008. Como exemplo do Movimento 5 estrelas na Itália, o Donald Trump nos Estados Unidos, o partido VOX na Espanha e o Bolsonaro no Brasil.

Um ponto importante desse contexto, é a questão do compartilhamento de informações, que a partir de 2016, as notícias passaram a circular, majoritariamente, pelas redes sociais, enquanto nos anos anteriores esse compartilhamento acontecia de forma mais significativa por meio dos jornais de grande circulação como a Folha e O Globo (MENESES, 2021). Não obstante, foi também no mesmo ano que aconteceram episódios emblemáticos no cenário mundial que desencadearam uma série de notícias nas redes sociais e fake news, a exemplo do Brexit, da eleição de Trump nos Estados Unidos, a deposição da Dilma Rousseff no Brasil e a escolha, pelo Dicionário Oxford, de Pós-verdade como a palavra do ano de 2016.

Desse modo, esses fatores corroboraram, significativamente, para a disseminação das fake news e diversos tipos de negacionismo nos dias atuais. Anteriormente, no

século XX, tendo apenas o Holocausto como alvo principal, no século XXI, a prática da negação se expandiu e passou a abranger uma série de premissas científicas, atacando as instituições, a própria ciência e instaurando uma crise epistemológica e de relação com a verdade no tempo presente (CHARLOT, CAPUA DA SILVA, 2021).

Um ponto de inflexão relevante para ser pensado a respeito dessa temática também é a compreensão acerca do público consumidor desses discursos negacionistas e àqueles que produzem e incentivam a proliferação dessas narrativas. Ou seja, é preciso compreender que existe uma diferença significativa entre os financiadores da negação, daqueles que estão imersos em um estado coletivo de negação, consumindo negacionismos, diariamente, através das redes sociais e sendo utilizados como massa de manobra para finalidades políticas e econômicas.

2. OBJETIVOS

Esse trabalho intitulado “Arquitetos da negação: as mídias sociais e o negacionismo na cena pública brasileira” é fruto de um projeto com o tema “Negacionismo: Um olhar histórico sobre a presença negacionista na cena pública brasileira entre os anos de 2010 a 2021” que está em desenvolvimento no Laboratório de Pesquisa em História Cultural – LAPEHC. O objetivo central deste trabalho e, consequentemente, do projeto é investigar as principais linhas negacionistas que circulam na cena pública brasileira entre os anos de 2010 e 2021. Assim como, compreender a relação da Internet e das redes sociais com a disseminação em massa de narrativas negacionistas nos últimos anos, especialmente dos negacionismos históricos, a exemplo da negação da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Portanto, além desses, um dos objetivos primordiais do trabalho é promover a divulgação científica do conhecimento histórico nas mídias sociais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida e que deu origem a este trabalho foi dividida em duas etapas metodológicas. A primeira etapa de cunho investigativo-analítico e teve como base o tratamento e a análise de documentos. A segunda etapa é de divulgação

científica e tem como objetivo a produção de material de divulgação nas redes sociais e para o grande público. Essa segunda etapa está sendo elaborada a partir da investigação e análise da primeira etapa do trabalho. Na primeira parte, foram avaliadas como as ideias negacionistas e as notícias falsas têm sido distribuídas e alimentadas nessa comunicação reticular. Na segunda etapa, estão sendo utilizados métodos voltados à divulgação científica. Como a criação de uma página no Instagram, uma série de programas em podcast que tratarão de temas variados relacionados ao negacionismo, um curso online sobre negacionismo e teorias da conspiração aberto ao público em geral sobre os principais conceitos e problemas relacionados aos negacionismos e a produção de um artigo científico.

4. RESULTADOS

A pesquisa e o projeto ainda se encontram em andamento, assim os resultados ainda não foram amplamente obtidos e concluídos. Porém, espera-se com esse projeto a ampliação das discussões sobre o tema visando uma pesquisa mais aprofundada com o intuito de mostrar o impacto das fake news e das narrativas negacionistas na política e na sociedade civil como um todo. Além de ampliar a geração de produção didática em formas de livros, artigos e podcasts. Com isso, espera-se também produzir um acervo digital de matérias, recolhidas nas Agências de Checagem e em jornais de grande circulação, viabilizando o fortalecimento do Laboratório de Pesquisa em História Cultural - LAPEHC, fazendo assim com que o laboratório vire referência na área da pesquisa sobre o negacionismo e incluindo novos membros a partir do projeto apresentado trazendo métodos de identificação de materiais negacionistas.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que o discurso negacionista se tornou, na contemporaneidade, uma problemática grave em âmbito mundial, visto que não apenas o Brasil vem sendo afetado com a profusão dessas narrativas. A ciência e a comunidade acadêmica, por exemplo, tem sido duramente afetadas pelo negacionismo científico, que é pertinente destacar, não é fruto da ignorância, pelo

contrário, a negação da ciência produz, deliberadamente, a ignorância e a descredibilização das pesquisas científicas (KROPF, 2021). Logo, estudar, pesquisar e conhecer as nuances desse discurso negacionista é a maneira mais eficaz de pensar alternativas para combatê-lo.

Entre os meios de combate ao negacionismo, a divulgação científica da História exerce um papel importante, posto que ela propõe a divulgação do conhecimento produzido nas Universidades para públicos amplos, seja por meio das redes sociais, seja por palestras em locais públicos, cursos entre outros. Dessa forma, um dos objetivos do trabalho é promover, justamente, meios de divulgação científica, como uma página no Instagram, chamada: Negacionismo Científico (@negacionismo_cientifico) criada pelos pesquisadores e professores do LAPEHC a fim de discutir o negacionismo nas redes sociais.

Por fim, se faz necessário pensar a respeito dessa história ordinária que é produzida pela mídia para atingir e ser consumida por grandes audiências e que se apropria dos usos e tratamentos do passado de maneira rasa. Assim como, refletir sobre as produções que se apropriam da história para adentrar nos espaços televisivos e tecnológicos, ganhando grande visibilidade e engajamento do público. Logo, analisar essas questões é importante para combater esse pensamento negacionista acerca da história e evitar que mais pessoas se tornem os Homer Simpson da sociedade brasileira que consomem esse tipo de história ordinária (MENESES, 2019).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARLOT, B.; CAPUA DA SILVA CHARLOT, V. A. **O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a “Verdade” na Sociedade Contemporânea**. Revista Internacional Educon, [S. l.], v. 2, n. 3, 2021.

KROPF, Simone. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. (Org.). **Dicionário dos Negacionismos no Brasil**. Recife: Editora CEPE, 2022.

MENESES, Sônia. **Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

MENESES, Sônia. **Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade.** Revista História Hoje, v. 08, p. 66-88, 2019.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 42, n° 87, 2021.

CEARÁ INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA: MEMÓRIA E MOVIMENTO SOCIAL NAS PUBLICAÇÕES DO IMOPEC (1988-2015)

LEIDIANE FRANCELINA BATISTA¹⁷, JOSÉ ÍTALO DOS SANTOS NASCIMENTO¹⁸, JOÃO VICTOR SOARES DAMASCENO¹⁹, CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS²⁰

Resumo: Este projeto de pesquisa pretende compreender as representações históricas referentes a população indígena, negra e quilombola do Ceará mediante a análise das publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), no período circunscrito entre 1988 e 2015. A partir da História Cultural, a pesquisa dialoga com os conceitos memória e representação. Como fontes, o estudo analisa os periódicos publicizados pelo IMOPEC, bem como O Boletim Raízes, que traz em seu esboço, temáticas que parte desde o campo da cultura, para assuntos que envolve discursos políticos, bem como cartilhas e livros que apresentam as lutas e trajetórias históricas dos povos indígenas e da população negra e quilombola das diferentes regiões do Ceará, suas demandas sociais e referências culturais. Além do boletim, na Revista Propostas Alternativas, traz discursos e problemáticas mais aprofundadas, levando o leitor a compreender melhor o assunto que a revista traz, suas propostas, intervenções, contribuições de diversos autores, entre outros.

Palavras-chave: Memória, Representação, Movimento Social

1. Introdução

O Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) foi fundado em 1988, na cidade de Fortaleza-CE. Desde então, ele teve uma atuação na defesa dos direitos e no enfrentamento das desigualdades sociais, fazendo uso político da memória como ferramenta de transformação social. Para difundir seu pensamento, o instituto criou o Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas.

Nas narrativas sobre a população indígena, negra e quilombola do Ceará, o IMOPEC cobrava visibilidade, superação das desigualdades sociais e alcance de direitos. Ao longo das publicações, referências à memória social e a construção das identidades negras e quilombolas foram constantes, bem como suas tomadas de iniciativas e movimentos sociais. O mesmo ocorreu com os povos indígenas, várias vezes noticiados no boletim Raízes e refletidos nos textos acadêmicos da Revista Propostas Alternativas.

Desde as primeiras publicações do IMOPEC, as questões étnicas e culturais das populações negra, quilombola e indígena cearenses foram refletidas, uma vez que o instituto surgiu dos movimentos sociais (SALES, 2018; SANTOS, 2019).

¹⁷ Universidade Regional do Cariri, E-mail: leidiane.francelina@urca.br

¹⁸ Universidade Federal do Cariri, E-mail: santos.italo@urca.br

¹⁹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: Joao.damasceno@urca.br

²⁰ Universidade Regional do Cariri, E-mail: joaquim.santos@urca.br

Logo, os processos de afirmação étnica foram cruciais para o IMOPEC, não apenas como um objeto de publicação. O instituto foi um sujeito ativo nas lutas, participando dos processos de afirmação étnica e reivindicações de direitos sociais, culturais, políticos, enfim, humanos. Por tudo isso, esta pesquisa é de suma importância para a compreensão da presença indígena, da afrodescendência e das africanidades no Ceará do século XX e XXI.

Com isso, a publicação, a difusão e os usos dos seus resultados em ações educativas se tornarão ações voltadas à construção de uma “nova consciência multicultural” (RIBARD, 2008). Cada ação voltada para a produção e os usos de conhecimentos sobre História e cultura indígena e afro-brasileira nas práticas educativas é importante para a construção de uma postura multicultural, ou seja, um posicionamento ético e político de valorização da vida e da dignidade humana (MOREIRA, CANDAU, 2013).

2. Objetivo

Objetivo Geral:

Compreender as representações históricas referentes a população indígena, negra e quilombola do Ceará nas publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), entre os anos de 1988 a 2015.

Objetivos Específicos:

Analisar a postura política presente nas publicações do IMOPEC, no que diz respeito à população negra, quilombola e indígena;

Compreender as demandas sociais das populações indígenas, negras e quilombolas publicadas pelo IMOPEC;

Entender o processo de afirmação étnica da população indígena, negra e quilombola cearense a partir das publicações do IMOPEC;

Analisar os diferentes movimentos que surgiram no Ceará do século XX e início do século XXI com pautas étnicas-raciais;

Investigar as repercussões das ações do IMOPEC nas comunidades negras, indígenas e quilombolas do Ceará do final do século XX e início do século XXI.

3. Metodologia

Esta pesquisa histórica faz uso das publicações do IMOPEC. Como já mencionado, desde o ano 1992, o IMOPEC passou a produzir e publicizar a Revista Propostas Alternativas, sob o registro ISSN 1677-6631. Entre 1992 e 2014, o instituto publicou 17 números. Cada um deles apresenta em média cerca de seis artigos. E cada edição apresentou um tema a partir do qual os textos discorriam. Entre eles há escritos sobre comunidades negras cearenses e o processo de afirmação étnica dos afrodescendentes (SOARES, 2013). Além das publicações que estão em processo de análise, a pesquisa faz uso do Boletim Raízes como fonte. Ele foi o principal instrumento de divulgação das ações do IMOPEC.

No período de atuação do IMOPEC foram publicadas 64 edições. Em cada número, o Raízes apresentava os resultados das ações desenvolvidas pelo Instituto, publicizando informes, depoimentos dos integrantes do Curso à Distância e ações a

serem desenvolvidas pelos mesmos. Algumas edições foram dedicadas às temáticas da afrodescendência e das Africanidades. O estudo usa ainda a cartilha Comunidades Negras no Ceará, lançada em 1998 pelo IMOPEC. Todo esse material está disponível para pesquisa no Laboratório de Pesquisas em História Cultural (LAPEHC), do Curso de História da Universidade Regional do Cariri.

4. Resultados

Ao iniciarmos as pesquisas com a documentação proposta, nos deparamos com um leque de informações sobre as populações negra, indígena e quilombola no estado do Ceará. Nesse momento, destacamos o Boletim Raízes n.39, cujo o título “*Ceará também é Negro*” (2002), traz questões como o preconceito e invisibilidade.

A invisibilidade da população negra foi um tema recorrente nas publicações do IMOPEC, assumindo assim uma questão central nas narrativas, na medida em que coloca em cena as lutas por representatividade, o que, por sua vez, alude às lutas de representação. Como exemplo, chamamos atenção para a fala do professor Hilário Ferreira. Ele diz que “O processo de invisibilidade, ao qual a História dos Negros no Ceará foi submetida, sempre nos incomodou” (IMOPEC, 2002, p-5). Percebemos que o IMOPEC atuou como um sujeito coletivo na construção de visibilidade para as demandas da população negra.

No que diz respeito às comunidades quilombolas, identificamos que a atuação do IMOPEC foi direcionada à identificação, aos trabalhos de base de formação e às exigências pelo reconhecimento oficial junto aos órgãos estaduais e federais. Já no que diz respeito aos povos indígenas, percebemos um engajamento no registro das memórias e das práticas culturais, e na difusão de pesquisas históricas e antropológicas sobre os indígenas cearenses, além das cobranças pela demarcação territorial e pelos demais direitos sociais, culturais e políticos. Nesse direcionamento, ganha destaque a luta pelo reconhecimento de que no Ceará também havia indígenas, uma posição contrária a afirmação oficial de que na “Terra da Luz” eles não mais existiam.

5. Conclusão

Neste trabalho são apresentados os resultados parciais da pesquisa, pois ela está em fase inicial de desenvolvimento. De forma preliminar, identificamos a atuação do IMOPEC como um sujeito coletivo fundamental na construção da emergência étnica e na luta por direitos das populações negra quilombola e indígena do Ceará do final do século XX e início do século XXI.

6. Agradecimentos

Agrademos a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), bem como ao Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), pela concessão das bolsas de Iniciação Científica. Agradecemos também ao professor Cícero Joaquim dos santos pelas orientações no projeto.

7. Referências

- INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Boletim Raízes**. Fortaleza, ano 24, n.64, Jan./Jun.2015.
- INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Comunidades negras no Ceará**. Fortaleza: IMOPEC, 1998.
- MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RIBARD, Franck. África, Mãe negra do Brasil ou apontamentos para uma nova consciência multicultural. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (Orgs.). **Entempo**: História, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 201-215.

SALES, Ana Cristina de. O Instituto da Memória do Povo Cearense: uma ferramenta de combate? **Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará**. Fortaleza, v.1, 2018, pp. 221-229.

SILVA, Eduardo e REIS, João J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, companhia das Letras, 1989, p- 10.

**História e Gênero: Discurso,
representações e relações de poder.**

PANDEMIA DE COVID-19 E O AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS LARES BRASILEIROS.

ILZA MARIA FERREIRA DOS SANTOS²¹, JOSEFA CECILIA BORGES CLEMENTINO²², BRUNA MENESES PINHO²³, MARIA CLARA PAIVA PEIXOTO DE ALENCAR²⁴

Resumo: A proposta da pesquisa é analisar como se deu o agravamento da violência doméstica nas famílias brasileiras durante a pandemia de covid-19 que assolou o mundo. Nesse sentido, problematiza-se o aumento de violência doméstica e assassinato de mulheres, sobretudo as negras e periféricas. Utilizou como metodologia reportagens, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e não dispensando o uso de outras fontes. Selecionamos ainda discursos do ex- presidente Jair Messias Bolsonaro que invalidava a luta contra a violência doméstica e consequentemente o feminicídio. Vale salientar, que as fontes revelaram uma série de questões importantes para entender o contexto dos acontecimentos, as dificuldades que tais mulheres enfrentavam, bem como, os traumas que elas terão que carregar durante toda a vida. Destacamos ainda, que mesmo o isolamento sendo algo necessário, tornou-se algo delicado para as vítimas pelo fato de estarem confinadas com seus agressores, que por muitas vezes, impossibilitou a realização das denúncias. Os dados são de extrema importância para fundamentar análises, estudos e subsidiar a construção de políticas públicas e ações frente às problemáticas apresentadas.

Palavras-chave: Pandemia; Covid-19; Violência doméstica.

Referências:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Infográfico 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/infografico-final-100221.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 15. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>. Acesso em 13 de junho de 2023.

Fundo Social Elas. Violência doméstica contra as mulheres negras cresce no país. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/noticia/violencia-domestica-contras-mulheres-negras-cresce-no-pais/15913/>. Acesso em: 14 junho. 2023.

²¹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: ilza.santos@urca.br

²² Universidade Regional do Cariri, E-mail: cecilia.borges@urca.br

²³ Universidade Regional do Cariri, E-mail: bruna.meneses@urca.br

²⁴ Universidade Regional do Cariri, E-mail: clara.alencar@urca.br

PRÁTICAS HOMOFÓBICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

JOSÉ ANDERSON DO NASCIMENTO²⁵

Resumo: Pensar as relações de gênero e relacioná-las aos ambientes escolares é perceber que elas estão ligadas e permeadas por uma sociedade que se molda através da heteronormatividade, e atribuem papéis específicos a homens e mulheres. Não obstante, o meio escolar colabora para elaborar mecanismos que incutam na cabeça dos discentes o comportamento de que atitudes homofóbicas são “normais”, pois assim elas são consideradas pela maioria da sociedade. Dessa forma, o trabalho surge a partir de uma proposta feita pela professora de estágio supervisionado IV da URCA (Arleilma), para desenvolvermos um artigo a partir das experiências que vivemos no período em que estávamos inseridos dentro do ambiente escolar. Assim, nasce o trabalho com o tema Práticas homofóbicas no ambiente escolar: uma análise a partir do estágio supervisionado. Metodologicamente, o trabalho se estrutura a partir de uma análise bibliográfica e da observação do espaço escolar, tendo como objetivo debater acerca das relações de gênero atribuídas a esses corpos, e como a escola desempenha mecanismos para que ocorra a perpetuação dessas práticas, seja na omissão das diversidades sexuais ou na convivência para que a homofobia ocorra. O trabalho ainda faz uma análise acerca de como a escola enquanto um local social contribui para a exclusão desses grupos minoritários da sociedade, através do silenciamento dos educadores, o silenciamento dos currículos que ignora as várias identidades de gênero ou a negligência institucional de todo um grupo.

Palavras-chave: homofobia. Gênero. Violência. Escola.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertand, 2012.

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em Revista [online]. 2011, n. 39, pp. 3950. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100004>>.

²⁵ Graduando em História- Urca. E-mail: andersoonn883@gmail.com.

RAMOS, Jeferson. **“Não fale disso”**: relações de gênero, homossexualidade e educação.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**; tradução Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila, 1989.

REGULANDO OS MODOS DO SER MULHER ATRAVÉS DO VESTIR: FARDAMENTO DO COLÉGIO SANTA TERESA DE JESUS ENQUANTO MECANISMO DE CONTROLE E DISCIPLINA DO CORPO.

JÉSSICA MYLENA DE OLIVEIRA SERAFIM²⁶

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o uso do fardamento do privado colégio cratense Santa Teresa de Jesus – destinado à educação exclusivamente feminina até o final década de 70 – como um mecanismo de controle e disciplina do corpo. Esta análise se deu amparada pelo arcabouço teórico em torno, principalmente, da discursão fornecida por autores como o filósofo Michel Foucault (1987) e a historiadora Michelle Perrot (2019). Dessa forma, utilizamos como fonte, os relatos de memória de ex-alunas e fotografias presente no livro *“História e Memória de Tempo Felizes”*, publicado em 2015 e organizado por Eleonora de Albuquerque Batista. Esta obra, refere-se a uma coletânea composta de história, imagens e relatos de ex-alunas, padres e religiosas sobre a criação, finalidade e funcionamento do colégio. No entanto, as referências sobre o fardamento do colégio, será nosso principal ponto de reflexão, tendo em vista que é um elemento recorrentemente evocado e valorizado entre as variadas experiências vivenciadas pelas ex-estudantes na instituição e que corroboram para a constatação da hipótese de que o uniforme funcionava como um regulador dos modos do ser mulher naquela época.

Palavras-chave: Fardamento. Disciplina. Controle do corpo.

1. Introdução

A fundação do colégio Santa Teresa de Jesus, em 1923, resulta-se dos empreendimentos educacionais ligados à Igreja Católica que pretendia orientar e disciplinar às mulheres quanto a uma conduta social modelo (CORTEZ, 2000), em meio as campanhas destinadas a naturalização e docilização do comportamento de homens e, sobretudo, das mulheres no Brasil que seria “civilizado e moderno” do início do século XX (PINSKY, 2012).

O colégio foi idealizado pelo Bispo Dom Quintino e Silva, com a finalidade de ser a primeira instituição no interior do Sul do Ceará dedicada a atender as demandas da instrução feminina das moças do Crato e regiões vizinhas. Enquanto instituição privada, possuía mensalidades, testes de admissão e funcionava nas modalidades de internato, semi-internato e externato, ofertando os cursos primário, secundário e o curso Normal para formação de professoras.

Segundo a historiadora Paula Santos (2010), a implementação desse colégio no Crato, proporcionou o processo de escolarização da mulher no Cariri, ofertando uma “melhor formação” para elas, do ponto de vista de uma cultura anteriormente negada, propiciando alternativas de vida como, por exemplo, a profissionalização da mesma no magistério. Porém, não se pode ignorar que esse provavelmente é um “efeito da modernidade” (PERROT, 2019).

Por isso, objetivava-se somente “educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torna-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma” (PERROT, 2019, p.93). Nesse sentido, o colégio Santa

²⁶ Universidade Regional do Cariri, E-mail: serafim.jessica@urca.br

Teresa de Jesus proporcionava, justamente esse processo, pois atendia as jovens solteiras em um momento chave na vida delas: a puberdade.

Para isso, destinava-se às alunas do ²⁷CSTJ, parte da “plêiade de famílias ilustres” (SANTOS, 2010, p.397) da região, uma educação nos “joelhos da Igreja” (PERROT, 2019, p.44). Aprendiam “bons hábitos de economia e de higiene, de valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrífico... que tecem a coroa das virtudes femininas”, ou seja, possuíam uma formação destinada ao bom cumprimento de “seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe” (PERROT, 2019, p.93).

Desse modo, entre esses variados mecanismos de controle e disciplina do corpo presente no colégio, somada a estrutura e organização arquitetônica, a vigilância constante e as normas internas, já analisadas por nós no trabalho “*Retalhos de memória: cotidiano e disciplina no Colégio Santa Teresa de Jesus*” (SERAFIG, 2023), aqui interessa um estudo, especificamente, do fardamento como um dos mecanismos de regulação dos modos do ser mulher naquela época.

2. Objetivo

O seguinte trabalho, busca analisar o fardamento do colégio Santa Teresa de Jesus como um mecanismo de controle e disciplina do corpo feminino aos modos e ideais do ser mulher, a partir dos relatos de memória de duas ex-alunas, *O colégio que eu conheci*, de Maria Lisieux e *Lembranças*, de Diana de Albuquerque Pierre. Assim como, de duas fotografias, *Turma de 1933 pronta para sair com chapéu* e *Turma do 2º científico de 1960*.

3. Metodologia

Para a realização deste trabalho, inicialmente fizemos a leitura completa do livro *História e Memória de Tempo Felizes* (2015), buscando identificar em quais relatos e elementos apareciam subsídios tratando-se das categorias estabelecidas previamente, sendo elas: os usos, modelos e normas do uniforme escolar do CSJT. Posteriormente, procuramos identificar, especificamente, no capítulo três *Memórias Fotográficas*, quais imagens poderiam ser usadas como fonte.

Desse modo, selecionamos dois relatos, sendo eles *O colégio que eu conheci*, de Maria Lisieux e *Lembranças*, de Diana de Albuquerque Pierre e duas fotografias, *Turma de 1933 pronta para sair com chapéu* e *Turma do 2º científico de 1960*. Após essa seleção, buscamos identificar nos relatos e nas fotografias como o uniforme era utilizado como um mecanismo de controle e disciplina do corpo feminino das estudantes do CSTJ. Nesse sentido, foi possível analisar quais eram os tipos de uniforme, quais eram as normas em relação a sua utilização e qual sua relação com os modos e ideais do ser mulher no século XX.

4. Resultados

Descrito sempre de forma detalhada, seguido de momentos em que deveria ser vestido, o uniforme aparece nas memórias das ex-alunas como um vestuário fortemente associado a ideia de tradição, distinção e, como podemos observar, de um

²⁷ A partir daqui usaremos a sigla CSTJ para denominar o Colégio Santa Teresa de Jesus.

mecanismo de disciplina e controle do corpo (FOUCAULT, 1987). Em relação aos modelos, observemos

Usávamos dois modelos de farda: a da diária; saia de pregas, cor vinho em linho, blusa branca de mangas longas; a de gala, para ocasiões especiais, saia de pregas, azul marinho em linho e blusa branca de cambraia de linho, mangas longas, com umas pregas e uma fita de gorgorão azul marinho e um gorro na cabeça também azul. (PIERRE, 2015, p.138).

Identificamos que uso desses fardamentos era rigorosamente vigilado. Constatamos a partir do relato de madre Aurélia que existia irmãs dedicadas a vigilância da organização e do asseio desses trajes. Ainda na entrada do colégio as alunas eram revistadas “para a verificação de quem estava realmente de acordo com a disciplina” (LIZIEUX, 2015, p.175) e de forma ainda mais estrita, havia uma avaliação mensal de organização e polidez, onde as notas eram lidas em público (PIERRE, 2015, p.175), efetivando assim, coerção (FOUCAULT, 1987), ridicularização pública, vergonha e distinção entre as alunas.

Figura 1: “Turma do 2º Científico de 1960”.



Fonte: Livro História e Memória de Tempo Felizes, 2015, p.213.

Figura 2: “Turma 1933 prontas para sair com chapéu”.



Fonte: Livro História e Memória de Tempos Felizes, 2015, p.208.

Na figura 1, as alunas estão vestidas com o fardamento diário, usado no cotidiano da escola. Na figura 2, estão vestidas com o fardamento de gala, usado apenas em ocasiões especiais. Como podemos notar nas duas imagens, principalmente na figura 1, quase todas as alunas estão com muita seriedade, pois ao usar o fardamento deviam se coibir de manifestações de extravagância, frivolidade, luxo e vaidade. Além disso, deviam ser inibidas de acompanhar a moda no vestir-se, devendo manter uma aparência cuidada, agradável, limpa e saudável, mas desprendida de mundanidade” (WERLE, 2005, p.630).

Portanto, as saias, as blusas, as meias longas e até mesmo a cor dos tecidos dos fardamentos, estavam longe de serem apenas meros ornamentos. Permeados de significados, esse conjunto de características dos uniformes estavam ligadas aos aspectos que aquelas moças deveriam ter e respeitar, como por exemplo, a distinção, a inocência, o recato e, principalmente, pureza.

Percebemos que em cada instante do cotidiano escolar, até mesmo na hora do banho, havia o controle do corpo das alunas através dos trajes, até existia um vestuário chamado de “camisolão” para tomar banho (CORTEZ, 2000), mesmo sendo supervisionadas pelas mães. O olhar vigilante (FOUCAULT, 1987), verificava além da sujeira do corpo, a indecência que o corpo nu representava se deixasse ser exibido pelas moças, pois o corpo é considerado um convite ao pecado (PERROT, 2019) e, portanto, devia estar sempre coberto.

Além dos uniformes diário e o de gala, outras práticas disciplinares ligadas ao uso de fardamentos femininos foram encontradas, como a exigência do uso de modelos de vestidos abaixo do joelho na educação física. Porém, pelo trabalho não comportar, não foi possível explorá-las, mas que não deixam de serem importantes para compreender os significados simbólicos entorno deles na formação dessas jovens.

Diante dos relatos e das fotografias, fica claro que existia o controle dos corpos femininos por meio do uso do uniforme escolar e quando não cumprido as normativas, as alunas eram punidas (FOUCAULT, 1987), ou seja, averiguamos que o fardamento do CSTJ, funcionava como um princípio de coerção para que as alunas fossem disciplinadas ao ideal de mulher estabelecido pelas normas sociais da época e que foram “recodificada na pedagogia do colégio” (FOUCAULT, 1988) Santa Teresa de Jesus.

5. Conclusão

Diante da análise dos relatos de memória das ex-estudantes do Colégio Santa Teresa de Jesus, constatamos que o fardamento funcionava enquanto um mecanismo de controle e disciplina do corpo feminino aos modos e ideais do ser mulher na sociedade da época. Desde o seu modelo, tipos, tamanhos, cor e vigilância, percebemos a relação com aquilo que Foucault (1987) denominou de ferramentas que norteiam todo o processo de construção e normatização das condutas dos indivíduos, no nosso caso das alunas do CSTJ.

Portanto, ficou evidente que o fardamento do CSTJ estava para além de um simples fardamento escolar, pois carregava nos seus modelos e usos, a função de um mecanismo elaborado para modelar e preparar as alunas da instituição para o cumprimento dos seus papéis sociais.

6. Referências

- ALBUQUERQUE, Eleonora. História e Memória de Tempo Felizes. 1a edição. Crato: Editora A Província: 2015.
- CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. A construção da “Cidade da Cultura”: Crato (1889-1960). UFRJ, Rio de Janeiro: 2000. Dissertação de Mestrado.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- PERROT, Michelle. As práticas da memória feminina. In: Revista Brasileira de História, v.9 (18), p. 9-18, 1989.
- PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução Côrrea. – 2ª de., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã (1860-1965). UFC, Fortaleza: 2010. Tese. Disponível in: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3172>.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Feminização do magistério como estratégia de expansão da Instrução Pública. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 5, n. 7, p. 230- 243, 1996.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E IMPRENSA: O CASO PAMELLA HOLANDA (2021)

JOSÉ ANDERSON DO NASCIMENTO²⁸

Resumo: A violência de gênero é um produto sociocultural engendrado dentro das relações de poder estabelecidas, historicamente, entre homens e mulheres. Nessa relação, construída de forma hierárquica, os homens impuseram às mulheres sua dominação. Não obstante alguns avanços no sentido de desmontá-lo, tal fato tem perdurado por ser, entre suas razões, alimentado por diversos simbolismos que incutiram nos homens o sentimento de superioridade em relação às mulheres. O período de pandemia a que Brasil foi submetido em função do COVID-19, escancarou essas relações de poder na medida em que houve um aumento exponencial dos casos de violência doméstica no país. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do caso Pamella Holanda (2021), que ganhou projeção nacional por ter sido agredida por Iverson de Souza Araújo, à época seu marido, as narrativas construídas em torno do caso pela imprensa. Nesse sentido, nossas fontes são reportagens produzidas sobre a violência doméstica sofrida por ela, metodologicamente tratadas a partir da análise dos discursos veiculados por alguns veículos de imprensa. Por se tratar de um Trabalho de TCC em desenvolvimento, não apresentamos, por hora, conclusões sobre a pesquisa, apenas conjecturamos que os meios de comunicação midiáticos elaboram uma narrativa de desconstrução das relações hierárquicas/desiguais e historicamente construídas entre homens e mulheres sobre a violência doméstica a partir do caso Pamella Holanda, colaborando, inclusive, para que outras mulheres inseridas num ciclo de violência doméstica, possam procurar ajuda em locais especializados neste tipo de caso.

Palavras-chave: Violência doméstica. Veículos de imprensa. Gênero. Pamella Holanda.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertand, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. Ed. São Paulo: expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**; tradução Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila, 1989.

²⁸ Graduando em História- Universidade Regional do Cariri. E-mail: andersoonn883@gmail.com.

História, política e sociedade: disputas e embates no presente e no passado.

NEGACIONISMO AMBIENTAL: DESAFIOS NA ERA DA PROPAGAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E MÍDIAS DIGITAIS

JANE DERAROVELE SEMEÃO E SILVA²⁹, TEREZA D'AVILA SINDOR PEREIRA³⁰

Resumo: O termo "negacionismo" é utilizado em diferentes contextos, abrangendo a negação de eventos históricos e do aquecimento climático, também conhecido como negacionismo ambiental (DANOWSKI, 2012; 2018; MARINELI, 2020). Desde tempos remotos, os seres humanos têm impactado o meio ambiente em resposta às suas necessidades, mas foi a partir da Revolução Industrial que essa interferência atingiu proporções significativas, resultando na destruição de vastas áreas verdes. Embora se esteja testemunhando uma crescente degradação do ambiente natural, enfrenta-se também uma onda de negacionismo ambiental que nega a gravidade das mudanças climáticas e suas sérias consequências para a própria existência humana. Portanto, é de extrema importância problematizar tanto a propagação de notícias falsas relacionadas à questão ambiental, que se escondem por trás de discursos enganosos e distorcidos presentes em diversas mídias brasileiras, quanto os próprios canais que disseminam essas notícias. Essa propagação de informações distorcidas acaba alimentando práticas e ações ilegais que impactam negativamente o meio ambiente. Por este viés, como parte deste projeto de pesquisa, que envolve membros do Laboratório de Pesquisa em História Cultural da Universidade Regional do Cariri (LAPEHC/URCA), vinculado ao Curso de História, se realiza uma análise das agências de checagem de fatos "Lupa" e "Aos Fatos", além de consultas ao grande site "Folha de São Paulo". Essas fontes permitem verificar e cruzar informações, investigando a disseminação de narrativas negacionistas relacionadas a questões ambientais no Brasil no ambiente virtual. Objetiva-se construir um acervo sobre o negacionismo ambiental, que será mantido no Laboratório de Pesquisa em História Cultural (LAPEHC), ao mesmo tempo em que se contribui para a discussão historiográfica sobre negacionismo, aquecimento global notícias falsas e mídias digitais.

Palavras-chave: Negacionismo. Aquecimento global. Meio ambiente. Mídias digitais.

Referências:

DANOWSKI, Débora. Negacionismos. São Paulo: n-1 edições, 2018. _____; Castro, Eduardo Viveiros de. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 2001, vol.4, n.8, 177-197. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/file.php/11646/Hist_ria_ambiental.pdf>. Acesso em: 01/05/2023.

²⁹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: jane.semeao@urca.br

³⁰ Universidade Federal do Cariri, E-mail: terezadavila.sindor@urca.br

MCNEILL, John R. Naturaleza y cultura de La historia ambiental. In: Nómadas. Colômbia: 2005, n.22, p.12-25. Disponível em: <http://www.ucentral.edu.co/movil/images/stories/iesco/revista_nomadas/22/nomadas_22_1_john-observaciones.pdf>. Acesso em: 04/05/2023

OS DISCURSOS NEGACIONISTAS DA COVID-19 NA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA: AÇÃO DAS AGÊNCIAS DE CHECAGEM NO COMBATE ÀS FAKE NEWS

**DINAJILAS GOMES DE MELO SANTOS³¹, ALEX WILLAMY MACAMBIRA
GATINHO³², FRANCISCO EGBERTO DE MELO³³**

Resumo:

O negacionismo da Covid-19 é configurado na amenização da gravidade da doença gerando uma descrença ou rejeição ao conhecimento científico. Os discursos relacionados às pandemias ao longo da história e presente na pandemia da Covid-19 tem com elementos centrais: a busca por culpados, negação de fatos, receitas de milagrosas para combater e/ou prevenir as doenças, movimento antivacinação e propagação de notícias falsas. Diante desse cenário pandêmico carregado por disputas de narrativas e propagação de fake news nas mídias digitais surgem os políticos se utilizando de discursos anticientíficos baseados no senso comum para autopromoção e aceitação popular do público eleitorado e muitas vezes provocando pânico moral na sociedade. Na tentativa de desarquitetar as narrativas negacionistas entra em cena as agências de checagens de informações que têm como intuito central verificar e checar as informações compartilhadas nas redes sociais para combater a desinformação e as fake news. Essa comunicação utiliza como um dos métodos de levantamento de dados as agências de checagem de informação Lupa e Fato ou Fake, fazendo um estudo analítico de seus fenômenos quantificáveis relacionados às matérias e conteúdos. Ao ser realizada essa análise foram feitas duas tabelas de triagem das notícias para identificar com mais precisão os dados solicitados. Dentre as notícias avaliadas nas duas agências de checagem foram selecionadas 96 notícias, destacando-se conteúdos como: vacina, morte por Covid-19, efeitos adversos da vacinação e negacionismo científico. Havendo como principais agentes disseminadores das fake news: médicos negacionistas, políticos, pesquisadores anticientíficos e a própria mídia digital. Na fase qualitativa foi realizado o levantamento bibliográfico pautado nas questões de discursos e nas relações do biopoder, pandemia da Covid-19 e negacionismo sendo usados: FOUCAULT (2016) HARARI (2020) e VALIM, AVELAR & BEVERNAGE (2021). Na fase final a pesquisa visa encontrar possibilidades de prevenção contra forças desestabilizadoras constituídas cotidianamente a partir dos discursos negacionistas e contribuir para uma compreensão histórica que tenha em conta uma epistemologia científica capaz de proporcionar a libertação do saber e resistência diante dos grupos que se beneficiam com o negacionismo científico.

Palavras-chave: Agências de checagem. Covid-19. Discursos. Fake News.

³¹ Universidade Regional do Cariri, E-mail: dinajilas.gomesdemelosantos@urca.br

³² Universidade Regional do Cariri, E-mail: alex.gatinho@urca.br

³³ Universidade Regional do Cariri, E-mail: francisco.melo@urca.br

Referências:

- CALARIS, Beatriz & SARAIVA, Maria Laura. **Da Peste Negra a Covid-19: quatro erros que se repetem em oda pandemia**. Revista esquinas. 29 de abril 2020. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/educacao/historia/da-pestes-negra-a-covid-19-boatos-e-fake-news-se-repetem-em-cenarios-pandemicos/> Acesso: 15 de junho de 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HARARI, Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, a humanidade carece de líderes**. El País, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinioao/2020-04-13/na-batalha-contra-o-coronavirus-a-humanidade-carece-de-lideres.html>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- SANTA'ANA, Denize Bernuzzi. **Lavar as mãos e descolonizar o futuro**. IN: SÁ, Dominichi Miranda; SANGRADA, Giele; HOCHMAN, Gilberto; KODAMA, Kaori. (orgs). **Diário da Pandemia: o olhar dos historiadores**. São Paulo: Hucitec, 2020. p.53-61.
- SANTOS, de Sousa Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora Almedina S.A. Coimbr, 2020.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, BERBER. Apresentação. **Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa**. IN: _____. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. p. 14-36). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SOB O SIGNO DA COPA DO MUNDO DE 1970: DITADURA, FUTEBOL E PROPAGANDA POLÍTICA.

CAMILA DE SOUSA SANTOS³⁴, ANA CLEIDE PEREIRA RIBEIRO³⁵, DINAJILAS GOMES DE MELO SANTOS³⁶, MELIZE FERNANDES ALVES³⁷, FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ³⁸.

Resumo:

A Copa de 1970, realizada no México, se deu em um período de grande repressão política no Brasil. Era o auge da ditadura e o país vivia ainda os efeitos do Ato institucional Número 5 (AI-5), instaurado no ano de 1968, o qual um de seus efeitos foi a censura aos meios de comunicação. É nesse cenário histórico concreto que o general-presidente Emílio Garrastazu Médici buscou se mostrar amante do futebol e, nessa perspectiva, apropriou-se desse imaginário para uso de propaganda política em prol de seu governo. A propaganda foi de suma relevância para a construção da imagem de “um país em desenvolvimento”, além que de serviu para tirar o foco da repressão. Dessa forma, nessa comunicação será analisada as inter-relações entre a ditadura e o seu projeto de “Brasil grande”, de um lado, e o uso dos êxitos futebolísticos com propósitos diretamente políticos. De maneira simples e acessível, o objeto, ou o problema que define a natureza dessa monografia, plasma-se em duas palavras: ditadura e futebol. Em síntese, esse trabalho busca analisar a ditadura militar-burguesa que dominou o Brasil durante 21 anos, embora faça um rigoroso recorte dessa trajetória, concentrando a atenção no ano de 1970, trazendo para o primeiro plano da investigação os nexos entre ditadura e futebol ou, dito de outra maneira, como a ditadura buscou se apropriar das conquistas esportivas da seleção brasileira na Copa do México no contexto do chamado “milagre econômico”. Partindo desse horizonte prioritário, a ideia é partir das principais narrativas presentes nos jornais “Folha de São Paulo” e “O Globo”, durante os jogos no México e analisar como esses periódicos corroboraram com a propaganda política e a ideia do “milagre econômico”. Acreditamos que o uso de jornais da época representa uma forma de nos aproximar do nosso tema e reconstituir esse período, de certo modo, dramático e perturbador. Também aqui, vale ressaltar a importância de entender a conjuntura histórica do ano de 1970, e, para esse objetivo, contamos com os estudos teóricos de Skidmore (1998), Netto (2014) e Kehl (2005). No caso de Maria Rita Kehl, o seu estudo é fundamental para recuperarmos detalhes do contexto histórico da época que nos serve de baliza temporal. Na fase final da pesquisa, queremos demonstrar, por meio deste estudo, como o regime político discricionário fez uso do futebol com o intuito de ressaltar sua retórica ufanista e desviar o foco do país em um momento de radicalização do sistema repressivo.

Palavras-chave: Ditadura; “Milagre econômico”; Futebol; Copa de 1970; Propaganda política.

Referências:

³⁴ Universidade Regional do Cariri, E-mail: camila.sousa@urca.br

³⁵ Universidade Regional do Cariri, E-mail: ana.cleidepereiraribeiro@urca.br

³⁶ Universidade Regional do Cariri E-mail: dinajillas.gomesdemelosantos@urca.br

³⁷ Universidade Regional do Cariri, E-mail: melizefernandes95@gmail.br

³⁸ Universidade Regional do Cariri, E-mail: fabio.queiroz@urca.br

KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos 70, in: Anos 70: trajetórias, São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2005.

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985), São Paulo: Cortez, 2014;

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo; tradução Mário Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

UMA ANÁLISE DO NEGACIONISMO NA ATUALIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE CHECAGEM NO COMBATE ÀS FAKE NEWS.

ILZA MARIA FERREIRA DOS SANTOS³⁹, BRUNA MENESES PINHO⁴⁰

Resumo: A circulação de informações inverídicas é um problema recorrente em nossa sociedade atual, principalmente através de plataformas de mídia social como Twitter, WhatsApp, Instagram e Facebook. Além de notícias falsas, conteúdos criminosos também são veiculados nessas plataformas. Segundo a Safernet, as denúncias de neonazismo no universo digital no Brasil aumentaram de 1.071 em 2019 para 9.004 em 2020, representando um aumento de 740%. Isso está relacionado ao fenômeno do negacionismo, que tem contribuído para um processo de desestabilização de produções científicas e informações como um todo. O negacionismo tem se espalhado em relação a vários segmentos e contextos, incluindo aquecimento global, vacinas, ditadura civil-militar, pesquisas científicas, dentre outros. Esta pesquisa é parte de um esforço para analisar a propagação de notícias falsas e discursos negacionistas na sociedade brasileira entre 2010 e 2021. Já que o negacionismo tem sido amplamente divulgado através das mídias e algoritmos de engajamento. Logo, esta abordagem mostrará como as agências de verificação e checagem têm mapeado e construído respostas a algumas dessas produções falsas. A intenção é demonstrar algumas das linhas de negacionismos históricos presentes na internet e como estratégias de combate têm sido construídas.

Palavras-chave: Negacionismos; Mídias Digitais; Fake-news; Agências de Checagem.

Referências

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução de Roneide Venancio Majer. 21^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos. Vestígio Editora. Edição do Kindle. 2021
- D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 42, n° 87, 2021.

³⁹ Universidade Regional do Cariri, : E-mail: ilza.santos@urca.br

⁴⁰ Universidade Regional do Cariri, E-mail: bruna.meneses@urca.br

**Mundos do trabalho: conflitos, resistências
e propriedade.**

AS “CLASSES PERIGOSAS” NOS SERTÕES CEARENSES: TRABALHO E CONFLITOS NO SÉCULO XIX.

MARILIA ISABEL TOMAZ ROCHA DE MORAES⁴¹; DARLAN DE OLIVEIRA REIS JUNIOR⁴²

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico das diferentes formas de lutas de classes nos sertões cearenses, no decorrer do século XIX. Numa sociedade marcada por fortes desigualdades econômicas, escravidão, pobreza, discriminação das classes subordinadas e patrimonialismo, havia um permanente estado de tensão por parte das autoridades constituídas e por setores das classes senhoriais. O medo das chamadas “classes perigosas”, da violência vista como inerente às mesmas, da insurreição dos escravos, das rebeliões dos pobres, traduzia-se em formas de leis, estruturas policiais, discursos e na elaboração de uma espécie de saber destinado ao controle social. Por outro lado, as classes subordinadas também tinham seus receios. Pequenos camponeses temiam perder suas terras para os grandes fazendeiros, por exemplo. Havia o medo da fome, da miséria, que assolavam as camadas pobres. Os libertos temiam a reescravização, assim como, homens e mulheres que eram livres, segundo a legislação da época, temiam a chamada “escravização ilegal”. Os escravizados sofriam, além da própria violência que é a escravidão, com a violência física, o temor da venda e separação dos arranjos familiares, a discriminação de outros setores, enfim, com todo o estigma das relações escravistas. São utilizadas fontes existentes no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) e da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Classes perigosas. Pobres. Desigualdade econômica. Luta de classes.

1. Introdução

A pesquisa tem como objeto, o processo histórico das diferentes formas de lutas de classes nos sertões cearenses, no decorrer do século XIX, ou seja, os conflitos entre a classe senhorial dominante e as classes subalternas, vistas como perigosas: escravizados, moradores de favor, camponeses e demais grupos sociais explorados através do trabalho. Predominava uma economia agrária, com atividades vinculadas ao mundo rural, não exclusivas, mas predominantes, combinando o uso de diversos tipos de mão de obra, trabalhadores livres, como os jornaleiros, agregados e trabalhadores escravizados, além do trabalho nas pequenas posses, realizados pelas famílias camponesas. A disciplinarização e o controle social sobre a população, através do trabalho, da legislação e do uso do aparato estatal, inclusive como os mecanismos de desclassificação social, exclusão da cidadania e a própria escravidão, além do efetivo exercício do poder através do estado, garantiam a continuidade das relações expropriatórias dos senhores sobre os trabalhadores.

No geral, a perspectiva dos agentes públicos seguia a mesma lógica de imputar a criminalidade às condições morais das chamadas “classes perigosas”, predispostas

⁴¹ Graduanda em História pela Universidade regional do Cariri- URCA Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. Membro do núcleo de estudos em história social e ambiente (NEHSA); mariliaisabel.moraes@urca.br

⁴² Orientador, Professor Associado da Universidade Regional do Cariri, Departamento de História. darlan.reis@urca.br

à ociosidade, à vadiagem e às diversões perniciosas, no entender de muitos daqueles membros do aparelho institucional. A preocupação com a segurança da propriedade era constante entre os defensores da ordem social existente na região do Cariri. E quem mais atentava contra essa ordem seriam as quadrilhas de salteadores que andavam pelos caminhos, transitavam entre as províncias. Desde a independência, o processo de consolidação das instituições governamentais levou em conta a subordinação da população considerada como inferior, sem direito à cidadania, o que se torna evidente no que foi estabelecido na constituição de 1824.

O processo não foi linear, sofreu mudanças em seu direcionamento, conforme as disputas políticas do período foram sendo definidas. Além disso, envolveu as experiências das classes sociais no processo de lutas entre senhores e trabalhadores. Não é possível entender a dinâmica da consolidação do aparelho estatal e do campo jurídico, sem levar em conta estes aspectos. Além disso, no exercício das funções destinadas a exercer o poder de coerção, suas atribuições e limites, estavam os elementos que direcionam a atuação dos governos no trato das questões que envolviam o mundo do trabalho e da ociosidade/criminalidade.

A prática da dominação levava a classe dominante a pensar os subordinados como dissolutos, justificando a própria dominação como necessária e providencial para a manutenção da ordem e da garantia da propriedade. Diante das colocações apresentadas, procuraremos nesta pesquisa, analisar as relações entre a organização do trabalho e da propriedade no decorrer do século XIX e os conflitos advindos deste processo: escravizados, roceiros, “cabras”, moradores, jornaleiros, fazendeiros, agentes públicos, o clero, a imprensa, compunham a estrutura social, o binômio consenso-conflito que conforma as relações sociais. As manifestações deste binômio apresentavam-se de várias formas: através da violência física, da emboscada, do serviço por encomenda, da vingança familiar, ou, através do recurso aos tribunais. O outro lado seria a vigência da cordialidade, do compadrio, da hospitalidade e do paternalismo. Caminhando juntos, o consenso e o conflito faziam parte do mesmo processo histórico do cotidiano rural nos sertões do Ceará oitocentista.

2. Objetivos

Analisar as diferentes expressões das lutas de classes nos sertões cearenses do século XIX.

Identificar e analisar as formas de resistência dos homens subordinados, escravos e livres, trabalhadores no mundo rural.

Analisar a atuação do Estado e seus agentes diante dos conflitos sociais que ocorreram no período.

3. Metodologia

Na perspectiva da História Social, tanto as relações sociais, quanto às formas de propriedade, instituições, aparatos jurídicos e militares etc., são desnaturalizadas e compreendidas no devido processo histórico. Para atingir os objetivos propostos, entendo que a utilização das fontes históricas só tem sentido quando estão vinculadas a um procedimento metodológico coerente com as questões teóricas. A utilização de uma gama variada de documentos, a partir de uma abordagem que procura destacar aspectos do movimento social em um determinado espaço e temporalidade, depende dos critérios teóricos e metodológicos do pesquisador. Para Julio Aróstegui, o problema essencial do objeto da historiografia é sua irreduzível globalidade, além da exigência constitutiva de tratar com um objeto dinâmico, “Por isso, uma disciplina como a historiografia não tem outro remédio, para enfrentar a complexidade e

heterogeneidade de seu objeto, do que recorrer à sequenciação temporal, à setorialização temática e à territorialização espacial". (ARÓSTEGUI, 2006, p. 337). A compreensão de uma sociedade agrária passa pelo entendimento da dinâmica das forças produtivas e das relações sociais estabelecidas na formação social. A documentação é a base para a análise: cruzar as fontes, as informações presentes no interior da documentação, revelar as estratégias dos agentes sociais e ao mesmo tempo, aprofundar as leituras sobre o tema e teóricas.

4. Resultados

A pesquisa está em andamento, foi realizado o aprofundamento nas fontes, com base no que o orientador indicou, foi possível encontrar nos relatórios de província do ano de 1870 de setembro do desembargador João Antônio Freitas Henrique

Segurança individual e de propriedade

A quantidade de crimes que ocorreu, o desembargador coloca a culpa em cima dos pobres. "convém notar que a qual totalidade dos delitos teve por autores pessoas da última classe social, geralmente analfabetos e dados á maus hábitos, como a embriaguez ou ao mal-entendido desforço pessoal, e a ostentação valentia".

A citação referenciada acima é um reflexo do que era afirmado sobre as classes perigosas, a opinião e crença daqueles que comandavam a elite senhorial, é possível identificar pelo percurso da pesquisa que é algo que se repete, de forma a esse discurso ser encontrado nos jornais, nas leis províncias, nos arquivos da câmara pública, todas essas fontes proporcionam o estudo sobre aqueles que eram vistos como ociosos e vagabundos. É o que identificado na fala do Relatório de província de 1870, julho/ setembro do Chefe de polícia da província- Henrique Pereira na página 48

"O ataque, porém, à propriedade, no qual entra sempre a premeditação e calculo, é um mal quasi incuravel porque importa a hedionda ociosidade com o cortejo de todos os vicios e más tendencias; é a completa negação do trabalho; o espírito de perturbação latente á ordem pacia, cujo principal garante só podese o fructo do labor individual licito da familia."

A afirmação que as pessoas pobres eram ociosas e preguiçosas, consequentemente seriam violentas é a construção de uma imagem que a classe senhorial faz transmitir, já que era necessário procurar alguém para culpar, porque não aqueles que não teriam como se defender e de qualquer maneira seria visto como os culpados.

As esmolas eram o maior ato de caridade do rico para com o pobre, a doação de terras para a construção de moradia e para ser feitos de roças, mas também funcionava como uma forma de controle, já que para quem recebia a terra isso funcionaria como um laço. Outra maneira de apelar para os pobres, eram os pedidos de ajuda para batalhas que juntaria toda a população, é o que acontece no jornal Araripe, ano 1856, Nº57:

Homens das diferentes épocas, Brasileiros de boa fé, republicanos rigidos ou moderados, monarchistas sinceros, pobres, escriptores ardentes e acessos no sagrado amor da patria, agricultores, soldados, povo qual é o estado actual aquelle, pelo qual tendes combatido e luctados? (O ARARIPE; ano 1856,Nº57)

5. Conclusão

Apesar de ser uma pesquisa em andamento, já foi possível encontrar resultados concretos sobre as classes perigosas e a maneira em que foi retratada em um Ceará oitocentista. Como afirmamos, o desenvolvimento dos estudos, a leitura teórica e da produção historiográfica, combinada com a investigação nas fontes, possibilitará analisar a história vivida de trabalhadores e trabalhadoras e as relações sociais destes com os senhores, configurando o mundo do trabalho. Desse modo, a partir da perspectiva da História Social, será possível compreender o processo de lutas sociais entre senhores e trabalhadores nos sertões cearenses do século XIX, bem como a atuação dos agentes estatais.

6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa de iniciação científica, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (URCA).

7. Referências

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. – 2ª edição: revista e ampliada - Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. – tradução de Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- COHEN; CONGOST; LUNA (orgs.). **Pierre Vilar - uma História Total, uma História em construção**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. – tradução de Fernando de Castro Ferro. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DANTAS, Monica Duarte. **Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX: (a Comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.
- GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- KULA, Witold. **Problemas y métodos de la Historia Económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- O ARARIPE, 1856, edição 00057, p. 1, Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri – Universidade Regional do Cariri (CEDOCC).

ESCRAVIDÃO E ALDEAMENTO: EXPLORAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL

Thais Maria Bezerra Ferreira Silva⁴³, Maria Aparecida de Sousa⁴⁴, Darlan de Oliveira Reis Junior⁴⁵

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial. A exploração assumiu várias formas: a escravização ilegal, a escravização pela chamada “guerra justa”, a usurpação das terras indígenas, a submissão através de outras formas de trabalho compulsório, a catequização imposta através da política de aldeamentos. As formas de resistência foram variadas: guerras, fugas, reivindicação de direitos, participação nas lutas políticas do período. Busca-se compreender os indígenas enquanto sujeitos dos processos históricos nos quais estão inseridos. As fontes a serem analisadas são cartas, requerimentos, cartas de sesmarias, documentos governamentais, legislações. As fontes utilizadas fazem parte do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) em formato digital e textual, laboratório do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Palavras-chave: Indígenas. Exploração. Escravidão. Aldeamento. Colônia.

1. Introdução

O processo de colonização do Ceará, que se deu a partir da ocupação das terras dos povos nativos e sua incorporação mediante formas de trabalho compulsório, dentre elas a escravização, ao mesmo tempo em que foi estabelecida a escravidão africana e gerado o campesinato pobre. “Antes da colonização, o Ceará não existia, nem fazia falta. O que havia era o trânsito de populações articuladas em culturas mais ou menos particulares, sem dependência da escrita e com vida vinculada aos poderes da natureza” (RAMOS, 2012, p.25-26). A conquista da espacialidade não se deu sem resistência, o processo de dominação foi permeado de conflitos, porém proporcionou a formação da classe senhorial, detentora das terras, proprietárias de pessoas e que buscava o controle das águas, condição importante nos sertões cearenses. Processo que não esteve restrito ao território da capitania do “Siará Grande”, posteriormente Capitania do

⁴³ Universidade Regional do Cariri, E-mail: thaismaria.bezerrafs@urca.br

⁴⁴ Universidade Regional do Cariri, E-mail: aparecida.sousa@urca.br

⁴⁵ Universidade Regional do Cariri, email: darlan.reis@urca.br

Ceará, mas por todo o espaço setentrional do que hoje é reconhecido como Nordeste brasileiro. Segundo Guillermo Palacios, a ofensiva do Estado Colonial contra os pequenos lavradores nos séculos XVII e XVIII foi montada em um tripé de instrumentos expropriatórios – proibição de determinados cultivos; apropriação das terras de mata virgem localizadas entre a então Comarca de Alagoas e os arredores da vila de Fortaleza; recrutamento militar dirigido preferencialmente contra os distritos camponeses (PALÁCIOS, 2009, p.157).

Acrescentamos a isso, a exploração do trabalho dos povos indígenas em diferentes atividades e mediante a compulsoriedade, além da catequização e a política de aldeamentos. A ocupação do território obedeceu à lógica da administração colonial e seus imperativos – direcionar fluxos de pessoas e mercadorias, recolher impostos, arregimentar politicamente, contar a população. A apropriação das terras no Ceará levou em conta, a distribuição de sesmarias, a subordinação da população nativa, a política de impedimento dos camponeses de terem acesso às terras, a preferência pelas terras regadias, devido às condições geoclimáticas locais. Ao chegarmos ao século XIX, o Ceará possuía cerca de dez por cento da população composta de fazendeiros, que detinham o monopólio das terras, instrumento importante para as relações de poder (PINHEIRO, 2008, p.21).

Dessa maneira, a pesquisa busca analisar numa perspectiva da História Social, o processo de escravização dos povos indígenas no Ceará colonial, as alegações dos escravizadores, a legislação sobre a questão do trabalho indígena, a política de aldeamento no período colonial, seja o praticado pelas missões religiosas ou pelo Diretório dos Índios do Período Pombalino, a usurpação das terras e as resistências contra a escravidão e demais formas de dominação.

2. Objetivo

Analisar as formas de exploração dos povos indígenas durante o período colonial, no Ceará. Identificar o processo de usurpação das terras atribuídas aos povos indígenas pelos colonizadores.

Analisar a política de aldeamento e catequese e suas consequências para os povos indígenas. Investigar as diferentes formas de resistências dos povos indígenas contra a escravização.

Analisar a legislação que proibia a escravidão indígena e as brechas existentes para a efetiva escravização.

3. Metodologia

A reflexão a partir da leitura da historiografia sobre o tema, combinada com as questões teóricas e a pesquisa nas fontes permitirá entender o contexto em que a documentação foi produzida e perscrutar as disputas, consensos, dissensos e resistências produzidas no contexto histórico, possibilitando a escrita sobre a história de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial como prevista nos objetivos deste projeto. Serão utilizados os referenciais metodológicos e os procedimentos propostos por Witold Kula, quando exige do historiador uma atitude crítica com respeito às fontes, além da importância do método comparativo (KULA: 1977, 571). Para alcançar as metas que foram estipuladas, foi realizada a leitura de documentos do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Memória Colonial, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699- 1720), além da leitura da bibliografia indicada do projeto, realizada com intuito de se situar dentro do debate historiográfico acerca do tema. Ocorre de maneira mensal reuniões entre o orientador e as duas bolsistas que fazem parte de tal projeto, visando orientar e gerar uma construção mútua do conhecimento, a partir do debate sobre os dados encontrados nas fontes trabalhadas.

4. Resultados

Buscamos contribuir com as pesquisas já realizadas sobre o tema e com novas reflexões. Atualmente a pesquisa está em sua fase final, onde já foi realizada a leitura teórica e bibliográfica juntamente a pesquisa nas fontes.

Além dos dados sobre exploração e povoamento, encontramos relatos sobre atos de resistência por parte dos nativos, algo que mostra que esse grupo originário não foi um agente passivo na sua relação com o colonizador. Além disso, encontramos também informações de “índios” pedindo para fazer guerra contra

outras nações (Coleção Memória Colonial do Ceará: volume I, tomo II. 2011 p. 395 - 399)

É proposto uma resolução de vossa Majestade em que a aldeia da Serra de Ibiapaba seria desmembrada da jurisdição da capitania do Ceará para o Piauí. Desse modo, como reação a essa resolução se argumenta que ao executá-la causaria um grande dano à aldeia, deixaria o Ceará privado de defensores e as fazendas em risco de ser invadidas pelos gentios bárbaros. Assim, a proposta para solucionar essa empasse e trazer paz entre as capitanias é dada pelos próprios índios que habitam a aldeia, “com lágrimas e gemidos” e enviado por o seu governador D. Jacobo de Sousa e Castro e a seu filho:

Os resultados ainda estão em análises, portanto, no referente trabalho não constará todas, tendo em vista que ainda estamos em processo de construção e análise.

5. Conclusão

A pesquisa está se encaminhando para a sua reta final, apresentamos os resultados após 9 meses de investigação. O projeto tem como objeto de pesquisa o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial: a escravização legal e ilegal; a política de aldeamentos e catequese; os conflitos com os colonos; as diferentes formas de luta e de resistência dos indígenas. O estudo combinado entre as produções historiográficas, a reflexão teórica, o aprendizado no manejo com a documentação, permitirão às bolsistas iniciarem o trajeto da pesquisa científica, o que contribuirá para o encaminhamento posterior aos programas de pós-graduação stricto sensu em História, qualificando ainda mais as pesquisadoras no Estado do Ceará.

6. Referências

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. 2ª ed. Brasília: 1998.
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfose indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
_____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. ALMEIDA, Luis Savio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Lopes Juliana

(Orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas II. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2000.

AMOROSO, Marta. Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. ARÓSTEGUI, Julio.

A pesquisa histórica: teoria e método. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRÍGIDO, João. Apontamentos para a história do Cariri. (Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861–fac-similar). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. _____.

Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____; BRIGNOLI, Héctor Pérez.

Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. – tradução de João Maia – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): Memória Colonial do Ceará, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699-1720).

Temática livre.

MATERNIDADE E SENSIBILIDADES: A MORTE INFANTIL ENTRE AS DÉCADAS DE 1964 À 1988 NA REGIÃO DO CARIRI/CE.

BRUNA MENESES PINHO⁴⁶

Resumo: Diante da considerável “pouca” exploração do estudo da criança dentro da História no tempo presente, esta pesquisa surge em virtude da vontade de aprofundamento acerca desse tema, principalmente em relação à mortalidade infantil no Cariri cearense entre 1964 a 1988. Pois, a partir de 64 a Ditadura Militar vai mexer com os poucos hospitais públicos existentes na época, fazendo com que a saúde se tornasse ainda mais excludente e seletiva, tendo esse quadro social se perpetuado até 1988 sendo o ano de criação da Constituição Cidadã que durante o processo de redemocratização do país, após o fim da Ditadura, foi escrita como o texto base que determina os direitos e deveres das figuras políticas e dos próprios cidadãos que vivem no Brasil. Logo, a partir da Constituição de 88 cria-se o direito universal à saúde e para executá-lo, surge a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) - aprovado como lei em 1990. A partir do SUS começa a surgir o calendário de vacinas e diversas políticas vacinais. Além do mesmo também é responsável pelo saneamento básico, fazendo com que essas e outras medidas reduzissem a mortalidade infantil. Dessa forma, percebe-se que foi nesse recorte temporal, que se manteve o modelo de saúde pública de acordo com o modelo ditatorial e militar de administração pública, sendo um fator responsável pela morte de tantas crianças. Nesse sentido, também se torna importante analisar e compreender a mortalidade infantil na região a partir das sensibilidades voltadas para a mesma, especialmente relacionada às mães que perderam seus pequenos, muitos deles considerados “anjos”, por terem menos de 01 (um) ano de idade. Pois, são “taxas imprecisas e frias, que ocultam tantas lágrimas de sofrimento das famílias” tendo uma “condição humana que se esconde atrás dos números da taxa de mortalidade infantil” (NATIONS, 2009, p.25). Compreendendo também como essa sensibilidade muda e é sentida de acordo com cada perda e cada mãe, “Não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas” (BADINTER, 1985, p.87). Já que devido a fatores como pobreza, saúde precária, ausência de contracepção, falta de higiene, entre outros, as crianças morriam demasiadamente, assim como também nasciam na mesma proporção, sendo comum que uma mãe tivesse de 10 a 15 filhos podendo falecer mais da metade deles, em sua maioria, ainda pequenos. O que não significa que essas mães não sentiram tamanha dor da perda, fazendo da sensibilidade em torno desse contexto algo único e particular para cada uma delas, mas relevante e doloroso de igual forma.

Palavras-chave: Mortalidade Infantil; Infância; Saúde Pública; Sensibilidade.

Referências:

ALBERTI, Verena; FERNANDES; Tania M; FERREIRA, Maneta M. (Org). História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.

⁴⁶ Universidade Regional do Cariri, E-mail: bruna.meneses@urca.br

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 196 p.

ATAYDE, Marla Albuquerque. "Mulheres infanticidas": O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado - O mito do amor materno; tradução de Waltensir Dutra. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.

CAMPOS, Pedro H. P. Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil- militar, 1964-1988. 2.ed. Niterói: Eduff, 2014 (reimpressão 2017). 444p.

CHARTIER, Roger. A História Cultural – Entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. (Org). Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1992.

NATIONS, Marilyn. Corte a mortalha: O cálculo humano da morte infantil no Ceará. / Marilyn Nations ; tradução de Ananyr Porto Fajardo. 22.ed. - Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2009, 192 p., il., tab. (Coleção Antropologia & Saúde).

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique. (Org). Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais. 1.ed. UFRGS Editora, 2007. 262 p.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009. Mnemosine Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010) – Artigos.

PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. / Mary Del Priore Organizadora. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000. 446p.

SANTOS, Cícero Joaquim. A mística do tempo: Narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE. 2017. 326 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

O ANTIGO CEMITÉRIO DO CÓLERA EM JUCÁS CEARÁ COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA ESQUECIDO

LEIDIANE FRANCELINA BATISTA⁴⁷

Resumo: O presente trabalho, tem como proposta levantar questionamentos sobre o antigo cemitério do cólera, na cidade de Jucás-CE, como espaço de memória esquecido. Atualmente, o cemitério não existe mais, com o tempo foi desativado e seu espaço sendo ocupado pela população. Sendo assim, busca-se compreender o por que das pessoas não terem dado a devida importância para esse local. Como um espaço que foi enterrado várias pessoas, em uma época de tanto sofrimento, com uma doença que alastrava o Ceará no ano de 1862, foi deixado de lado. Esse antigo cemitério, com pouco espaço que lhe restava, e sendo utilizado de outra maneira, está sendo construído uma capela, em honra a São Sebastião, o santo protetor das pestes. O pároco atual, fez a promessa para que a população não fosse atingida pela covid-19 no ano de 2020, e assim utilizando o antigo espaço mórbido, que havia sido enterrado coléricos, o padre propõe construir essa capela. Desse modo, essa pesquisa se faz necessária para entender todo esse processo que ocorreu, para que esse lugar de memória fosse esquecido.

Palavras-chave: Cólera. Cemitério. Lugar de memória. Esquecimento.

1. Introdução

O interesse nessa temática veio com a preocupação em resgatar os acontecimentos históricos da cidade de Jucás-CE, onde se tem a necessidade de resgatar uma história que muitas vezes cai no esquecimento, como é o caso do antigo cemitério. Nesse espaço, foram colocados pessoas de diversas camadas sociais, vítimas do cólera morbo, em uma vala comum, representando assim o efeito devastador da doença na região do Ceará no ano de 1862, e que vinha dizimando muitos cearenses, onde isso me remete a fala do historiador Jucieldo Ferreira Alexandre em um de seus artigos onde ele diz que “Não por acaso, nas narrativas sobre os corpos dos coléricos de 1862 estão sempre embutidas imagens de horror, por conta da forma como eram tratados, sem a obediência aos ritos.” (ALEXANDRE, 2021, p.28).

Ao se falar desses lugares e espaços de memória como meio para o resgate de uma história local é notório o fato de a história ter sido esquecida pelo simples ocorrido da memória ter sido “esfacelada” e assim surgem esses “lugares de

47 Universidade Regional do Cariri, E-mail: leidiane.francelina@urca.br

memória”, sítios reais ou imaginários que teriam um estado compensatório, me utilizando aqui das palavras do pesquisador Pierre Nora, citado pelo historiador Francisco das Chagas f. Santiago Júnior em seu artigo intitulado: *Dos Lugares De Memória Ao Patrimônio: Emergência E Transformação Da ‘Problemática Dos Lugares’*. Através disso, pensaríamos nesse local que seria utilizado, já que a memória fora esquecida ou até mesmo apagada totalmente. Lembrando aqui, que a memória é sempre de alguém ou grupo e que segundo Pierre Nora (1993): “[...] desloca-se de maneira afetiva, quase mágica, entre a lembrança e o esquecimento [...]”.

Aproveitando-se assim dessas ideias ditas por Nora, é interessante pensar nessa perspectiva de uma memória esquecida. Lembrei-me aqui de um artigo lido, sobre o acontecimento do cólera na cidade de Icó em 1862, que era província do Ceará e que nunca fora esquecido. A memória do cólera permaneci viva até os dias de hoje, por ter sido considerado a ruína da cidade. Cito esse exemplo, como forma de pensarmos a importância que damos a certos acontecimentos e que nos fazem não mais esquecer. É o selecionar da memória, daquilo que armazenamos e que se torna não uma memória individual mais algo coletivo.

Esse processo pode ser muito importante para se pensar nessa História Local dentro desse espaço/lugar esquecido, onde percebemos como é importante ser dado a importância a esse ensino. Pensar essa História local é pensar a História de um povo, um povo que não deve ser esquecido ou silenciado. É entender e dar voz aos lugares de memória.

2. Objetivo

Analisar todo espaço aqui mencionado, como forma de trazer para os dias de hoje uma história local esquecida e que serve como espaço de ensino e memória.

Discutir por que esse espaço, que deveria ter sido um patrimônio da cidade, foi esquecido pelas autoridades locais e sendo ocupados por moradias, sem que tivesse o devido respeito.

Identificar por que esses acontecimentos e lugares não são ensinados e nem construídos para as gerações futuras como “espaço de memória”.

3. Metodologia

A pesquisa se dá a partir da reflexão da leitura da historiografia sobre o tema, me atentando as questões teóricas trazidas nessas obras, e com as pesquisas nas fontes me atentar a responder esses questionamentos e compreender todo esse processo de tomada de lugar, sem levar em consideração a sua devida importância. Para alcançar esses propósitos, foram iniciadas a leitura de documentos do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), além dos periódicos O Cearense, O Araripe, disponíveis na hemeroteca digital. Sendo assim, fazendo relação entre as fontes e as bibliografias utilizadas, obter os devidos resultados. Em síntese, com a leitura de autores que abordam a temática da memória, a exemplo de Pierre Nora, Michael Pollak.

4.Resultados

A pesquisa está em fase inicial, onde teve uma pausa no andamento das buscas, mas que se faz importante por tentar compreender o uso desses espaços e o que é feito da memória do local e no que está sendo feito agora, onde as pessoas deixaram de lado um lugar que poderia ser de aprendizagem e de rememoração para diversas gerações, no qual poderia se pensar na ótica do patrimônio, trazendo debates e discussões no campo da história.

Assim, trago alguns resultados, tendo em vista os dados que obtive, encontrados no jornal O Cearense, onde consta o anúncio da morte de várias pessoas e de mais um vigário da cidade de São Matheus, onde hoje é Jucás, para se ter ideia da quantidade de pessoas que já havia morrido naquele lugar “S.matheus._ O cholera tinha feito mais de 50 mortes, e além do Revd. Vigário Braga, uma das primeiras, sucumbo também o padre Raimundo, que ficou fazendo suas vezes na administração dos sacramentos”. (O Cearense, 10 de junho de 1862, p-1). Percebe-se que pelos poucos registros, não devemos deixar de lado o que ocorreu nesse local. Em jornais posteriores, só aumentaram o número de mortes.

5.Conclusão

As atividades que foram desenvolvidas têm o objetivo de contribuir para aprendizagem acadêmica e construção do pensamento crítico, a produção historiográfica e as contribuições para o ensino da História, com a temática pesquisada. Tendo em vista, que a pesquisa está parada, por questões da busca de

mais fontes, se faz necessário a importância desse estudo, que traz uma história local, e busca através de uma discussão do espaço de memória, trazer a importância de um lugar esquecido. Ela pode ser levada por outros campos de pesquisa, obtendo resultados diversos.

6.Agradecimentos

Agradeço a Universidade Regional do Cariri-URCA, por proporcionar que mais jovens tenham a oportunidade de adentrar no campo da pesquisa e vivenciar esses momentos de aprendizagem.

7.Referências

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. A peste serve a qual partido?: disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863). **Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense**, Niterói, 2020.

FERREIRA ALEXANDRE, J. Empalideciam e ficavam imóveis como estátuas: O cólera na cidade do Icó, província do Ceará (1862). **Faces de Clio**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2021. DOI: 10.34019/2359-4489.2021.v7.30184. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/30184>. Acesso em: 21 jan. 2022.

Tradução brasileira: NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, nº 10, pp. 07-28, 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em março de 2014.

O MEDO DA SEDIÇÃO

BÁRBARA DÁVYNE PEREIRA DE SOUZA⁴⁸, MARIA CLARA RODRIGUES RIBEIRO⁴⁹, JOSEFA JANICY FERREIRA DA SILVA⁵⁰, JÚLIA TAYNA DIAS PEREIRA⁵¹ PAULA CRISTIANE DE LYRA SANTOS⁵².

Resumo: Neste trabalho iremos discutir brevemente sobre o medo imposto pelos jornais do Ceará e do Brasil em relação a sedição de Juazeiro e o poder do padre Cícero, baseando as considerações na leitura de tópicos do livro de Jean Delumeau O Medo no Ocidente e da tese Padre Cícero: anjo ou demônio da professora Fátima Pinho, além da leitura de outros artigos.

Palavras-chave: Jornais. Padre Cícero. Sedição de Juazeiro.

1. Introdução

O trabalho tem por objetivo, a partir da leitura do livro O Medo no Ocidente de Jean Delumeau, em especial o tópico Os rumores, discorrer sobre o medo criado através das notícias divulgadas em jornais como o Rebate de Juazeiro e o Commercio, sobre a personalidade e o poder que Padre Cícero poderia usar para se rebelar contra o Estado Nacional, no território de Juazeiro, algo que causava medo em alguns políticos e pessoas da elite da época, como pode ser visto na seguinte manchete: “Mais ameaçador que Antônio conselheiro vai se ostentando sorrateiramente a agremiação promovida pelo Padre Cícero, no Ceará” (JORNAL DO COMMERCIO, 18/09/1897: 259). A partir da leitura de artigos é possível entrar mais adiante no contexto da época e ver como o terror era associado a imagem do padre Cícero, colocando ele e seus romeiros, na maioria pessoas pobres que iam a Juazeiro para ver a beata Maria de Araújo, e conhecer a terra santa, como cangaceiros ou um exército de jagunços preparados para obedecer todas as ordens do Padre Cícero. Essas notícias causavam seus devidos efeitos como pode ser analisado no relato de Aniceto (artigo: Memórias da sedição de Juazeiro do Norte relatadas por um farias-britense). Padre Cícero era retratado, a depender do jornal que o descrevia, tanto como um aproveitador como um homem de boas intenções, sendo assim pode ser

⁴⁸ Universidade Regional do Cariri, e-mail: barbara.davyne@urca.br

⁴⁹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: mariaclara.rodrigues@urca.br

⁵⁰ Universidade Regional do Cariri, e-mail: josefajanicy.ferreira@urca.br

⁵¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: julia.tayna@urca.br

⁵² Universidade Federal do Ceará, e-mail: paulalyrasantos@gmail.com

observado com a leitura em especial da tese Padre Cícero: Anjo ou Demônio, os jogos de poder político, social e midiático que os jornais cearenses e brasileiros disputavam com a figura do Padre Cícero, e do movimento de Sedição do Juazeiro, assim como fizeram com o milagre da hóstia. A Sedição foi um movimento muito importante para a história política de Juazeiro, e também do Ceará, que mostra a dificuldade de se desfazer de governos longos e oligárquicos, algo que no contexto histórico gerou medo nos populares, e em membros da elite, que não estavam envolvidos na guerra, tanto em relação a sua segurança física quanto alimentar. Sendo esse um movimento de resistência revela o medo que se tinha da mudança, e o principal, da perda de poder por membros da elite econômica e política de então.

2. Objetivo

O objetivo desse trabalho se delimita a analisar as notícias veiculadas em jornais do século XIX, como o jornal o Commercio do Rio de Janeiro e o Rebate de Juazeiro do Norte, com a intenção de discorrer sobre o medo que essas notícias causavam às forças políticas da época sobre a personalidade e a capacidade do Padre Cícero formar um novo estado em Juazeiro. Essas notícias vão além dos verdadeiros desejos do Padre Cícero como pode ser visto em alguns relatos da tese Padre Cícero: anjo ou demônio.

3. Metodologia

Buscou-se em primeira instância verificar o sentimento (medo) na obra de Jean Delumeau para depois relacioná-lo com a tese Padre Cícero: anjo ou demônio, da professora Fátima Pinho. A partir dessa relação foi analisado como o medo, uma criação (analisado na obra de Delumeau), está presente no contexto selecionado: a sedição de Juazeiro.

4. Resultados

O maior resultado advindo deste estudo foi a análise crítica das várias representações do padre Cícero como: politiqueiro, cangaceiro, criminoso, explorador e fantasiador. Representando assim uma ameaça para a ordem vigente. Desse modo teve suas atividades sacerdotais suspensas em 03 de agosto de 1892, pois um dos seus feitos mais conhecidos como o “milagre” foi visto como uma farsa perante a igreja, tendo seu afastamento como uma medida necessária para conter os acontecimentos em Juazeiro do Norte, acusado de promover a ignorância, exploração e dominação em busca de promover a própria riqueza em detrimento de pobres

romeiros. A tese Padre Cícero: anjo ou demônio, da professora Fátima Pinho passa a retratar alguns acontecimentos importantes que foram noticiados nos jornais da época, como o fato de Juazeiro do Norte ser comparada com a nova Jerusalém dos sertanejos brasileiros, e o medo do governo vigente de Padre Cícero como uma autoridade incontestável formar um novo estado causando assim a separação de Juazeiro com Crato e o Ceará, tornando-se uma questão de segurança nacional a partir do momento que foi comparado a Antônio Conselheiro, pois era visto como uma ameaça concreta a república. Ambos os pontos de vista citados anteriormente são de pessoas que estavam no poder ou da elite, pois as terras ocupadas por Canudos eram de todos, sem impostos, sem coronéis e sem exploração apenas pessoas simples trabalhando pelo próprio sustento, em terras doadas pelo próprio Padre Cícero a Antônio Conselheiro, para muitos um rebelde e desobediente assim como o seu protetor, para muitos outros uma alma caridosa que ajudou milhares de pessoas.

5. Conclusão

A partir das considerações feitas ao longo do trabalho sobre o medo a partir da imagem de Padre Cícero (figura considerada de grande influência sobre a população) através dos rumores nos noticiários, conclui-se a importância de compreender a construção do medo e do mito a partir da sua atuação no âmbito religioso, político e econômico na região, com influência de dois mundos, em que de um lado está o universo mágico do misticismo sertanejo e do outro a fé ritualizada. Levando em consideração que toda a história pessoal de Padre Cícero está permeada de mistérios, hesitações e contradições, sendo amado e odiado em igual medida por seus contemporâneos, provocando sentimentos de adoração e repulsa, a partir da sua ocupação de protagonista no imaginário coletivo, e, ao mesmo tempo, desfrutando de um imenso poder junto ao povo mais simples do sertão a partir do milagre da comunhão de Maria de Araújo.

6. Referências

DELUMEAU, Jean. O Medo no Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
LIMA, Antônio Lima. Memórias da sedição de Juazeiro do Norte relatadas por um farias-britense. Web artigos. 16 de outubro de 2019. Disponível em link:

<https://www.webartigos.com/artigos/reminiscencias-da-sedicao-de-juazeiro-do-norte-relatadas-por-um-varzealegrense/163968>

PINHO, Fátima. Padre Cícero: anjo ou demônio. Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915). 2019. Doutorado em história. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

**VIOLÊNCIA RACIAL, ORDENAMENTO JURÍDICO E RELAÇÕES
ESCRAVISTAS NA CIDADE DO CRATO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX**

DANIEL ALVES DE ALENCAR⁵³

Resumo:

O presente trabalho tem por finalidade compreender a problemática da violência contra a população negra e escravizada na Cidade do Crato na segunda metade do século XIX. Essa pesquisa que se encontra em andamento é parte do mestrado acadêmico em História, Cultura e Espacialidades, o qual estou cursando, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Para a sustentação da pesquisa me utilizarei da bibliografia, assim como as fontes documentais e digitais, referentes a temática da escravidão e da violência, além dos Processos Criminais referentes a crimes de Lesão Corporal, Homicídio, Tentativa de Homicídio e alguns Periódicos referentes a cidade do Crato – Ceará, como O Araripe, por exemplo. Ambas as fontes estão disponíveis no Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC.

Palavras-chave: Processos criminais. Escravidão. Violência. Crato. Cariri.

1.Introdução

A temática da escravidão constitui um campo de importante destaque nos estudos historiográficos no Brasil. A pesquisa em tela, será atravessada por esse tema, na qual será abordada dentro do campo da História Social, mais precisamente no domínio da História Social da Escravidão. Esse campo foi bastante estudado pelos historiadores no final do século XX, sobretudo com o avanço dos estudos de pós-graduação, a partir da década de 1970. Tais estudos e pesquisas foram significativamente influenciados pela ampliação da chamada Revolução Documental, creditada ao movimento de renovação dos estudos históricos, conforme ressalta Hebe Castro:

A expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação marcariam, a partir da década de 1970 e, especialmente, na de 1980, uma expansão e consolidação da profissionalização do historiador no Brasil, que se faria, em grande parte, concomitantemente à crise dos referenciais teóricos até então predominantes. Este movimento, aliado ao diálogo com as teses gerais dos sociólogos que os precederam, configuraria o campo específico em que aqui se desenvolveriam os problemas e discussões característicos da história social. (CASTRO, 1997, p. 91)

No tocante ao recorte espaço-temporal abrangido pela proposta desta

⁵³ Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Mestrando em História Cultura e Espacialidades pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. email: daniel.alencar2204@urca.br, daniel.alencar@aluno.uece.br

pesquisa, trabalharei com a cidade do Crato na segunda metade do século XIX. É fundamental ressaltar que este período representa uma temporalidade indispensável para compreendermos as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na Região Sul do Ceará onde se localiza a cidade do Crato. A prevalência de uma economia agrária baseada em uma variada mão de obra, entre eles, camponeses, trabalhadores livres e trabalhadores escravizados, constitui um traço fundamental do contexto escravista local, profundamente marcado pelo trabalho compulsório e a violência como forma de tutelar esses Sujeitos.

Outro aspecto singular da configuração da escravidão no Cariri do século XIX, diz respeito aos traços raciais da população escravizada. Conforme mostra a pesquisa de Sara Cortez (2008) tratava-se de uma população “mista” formada de cabras, mulatos e caboclos. E que, portanto, “ao lado dos cativos, homens livres e pobres compuseram a massa de trabalhadores pertencente à região do Cariri na segunda metade do século XIX”. (CORTEZ, 2008, p.81). Segundo a autora, a população da região em sua maioria era constituída por pessoas pobres e livres ou libertos, e pessoas negras, conforme chamo atenção no meu trabalho de monografia:

Diante dessa situação, percebe-se que o cotidiano dos escravizados e dos trabalhadores pobres e livres estavam de certa forma interligados, uma vez que eles conviviam em contato direto, constantemente trabalhavam junto, claro que em condições diferentes, o pobre na condição de livre e os negros escravizados na condição de escravo. (ALENCAR, 2022, p.35).

Nesse sentido, trabalharemos com os autores que estudaram com a temática da escravidão e da violência, fazendo o uso dos historiadores locais. Sendo, assim segue os objetivos geral e específicos de nossa pesquisa.

2. Objetivo

Objetivo geral:

Compreender a problemática da violência praticada dentro do sistema escravocrata contra a população negra e escravizada no Crato da segunda metade do século XIX, e o papel do aparelhamento jurídico da época.

Objetivos específicos:

1. Identificar quais foram e como eram julgados os crimes contra a população negra e escravizada no Crato da segunda metade do século XIX, com ênfase nos crimes de lesão corporal, homicídio e tentativa de homicídio;

2. Analisar o papel do ordenamento jurídico e da imprensa escrita local no aparelhamento dessa violência, e o agenciamento social desses sujeitos escravizados;

3. Discutir quais as relações entre crimes, poder jurídico e imprensa local na sociedade escravocrata do Crato no período.

3. Metodologia

Em relação à metodologia adotada, farei uso daquilo que Michel de Certeau denominou de “operação historiográfica”, utilizando a fórmula triparte, na qual o historiador precisa partir de um de um lugar, compor uma prática científica para assim produzir a sua escrita historiográfica. Segundo ele, “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira.” (CERTEAU 2008, p. 81). Ao escolher o recorte espacial da cidade do Crato, compreendendo também a temporalidade da segunda metade do século XIX, entendo que estou partindo de um lugar social no qual está situado em um determinado período no tempo. Obviamente quando abordamos o lugar social que Certeau chama a atenção no emprego da operação historiográfica, não é só em relação ao meu recorte da pesquisa, mas também no lugar enquanto historiadores, o nosso lugar de ofício. E para responder a problemática faremos a escolha de um determinado tipo de documentação, onde será possível a identificação e a presença de diferentes formas de violências perpetradas contra aquela população negra e escravizada no referido contexto.

Trabalharei com o uso de Processos Criminais, referentes a Crimes de Homicídio, tentativa de homicídio e Lesão Corporal, o uso de periódicos também será importante. Em relação aos arquivos, utilizarei o acervo do Centro de documentação do Cariri- CEDOCC. Toda a documentação que vai ser utilizada durante o processo de escrita do trabalho se encontra no acervo citado.

Já fiz a escolha dos processos criminais e do periódico, utilizaremos cinco processos criminais, ambos referentes a crimes de lesão corporal, homicídio e tentativa de homicídio e o periódico O Araripe, todos disponíveis no acervo.

4. Resultados

A pesquisa encontra-se em andamento, sendo que estou no momento de coleta e leitura dos processos criminais, a medida em que transcrevemos e coletamos o material, a pesquisa vai ganhando corpo. Nesse sentido, os resultados estão saindo como esperado. Os processos criminais estão revelando a cada dia que passa, informações relevantes para a nossa problemática da violência. Em breve o resultado virá a público.

5.Conclusão

Como a pesquisa ainda está em sua fase inicial, objetivamos com nossas problemáticas compreender as violências contra esses sujeitos escravizados no centro sul do Ceará. Acreditamos que o uso das fontes judiciais e cartoriais nos permitirão ter contato direto com a violência perpetradas contra os negros escravizados da região, que por muito tempo o discurso local os invisibilizou. Ao utilizarmos essa tipologia documental, poderemos contar essas histórias “esquecidas” e que se fizeram presentes, como afirmou assim o professor Reis Junior, “os escravizados estiveram presentes na história do trabalho no Cariri, como demonstra a documentação.” (REIS JUNIOR, 2014, p168)

6.Agradecimentos

Agradecimentos ao Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC;
Universidade Regional do Cariri – URCA;
Universidade Estadual do Ceará – UECE;

7. Referências

ALENCAR, Daniel Alves de. **Crimes de violência contra a população escravizada na comarca do Crato no século XIX (1850-1884)**. 2022. 72 p. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Regional do Cariri – URCA.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo(orgs.)**Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**/5ª Ed- Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.76-96.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CORTEZ, A. S. Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos**. A família escrava no Cariri cearense (1850-1884). Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2008.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese – Programa de História Social– Universidade

ROMPENDO O ENCOBRIMENTO: ROTEIRO DE APAGAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DE EXU-PE.

José Ítalo dos Santos Nascimento⁵⁴

Resumo: No presente estudo estão condensadas reflexões referentes à história e memória numa perspectiva decolonial, tendo como principal objeto de estudo a presença indígena nas produções de memorialistas exuenses e sua reverberação nos campos artísticos e educacionais. A pesquisa busca compreender a mitificação empreendida pela elite colonial em relação à elaboração simbólica do passado, em que estes se colocam como protagonistas da história. Para isso, vamos abordar os estudos de Maria Regina Celestino de Almeida a respeito dos povos indígenas na história do Brasil, estudos sobre memória em Michael Pollak, assim como o pensamento de Ailton Krenak a respeito da presença indígena em nossa formação histórica.

Palavras-chave: Decolonialidade. História e memória. História indígena. Narrativas. Mitificação.

1. INTRODUÇÃO

“Ninguém tem a cara de pau de dizer que os índios estão na contagem regressiva, o que nos anima dizer o seguinte: Enquanto tiver gente por aqui, nós também estamos por aqui, só quando não tiver mais ninguém, é que vai ter zerado essa presença indígena⁵⁵”. Não poderíamos iniciar uma discussão sobre história indígena sem antes refletir a respeito das palavras de Ailton Krenak. Tais afirmações, nos fazem pensar sobre a importância de chacoalhar uma realidade sovina⁵⁶.

Acentua-se nesta reflexão, estudos de história e memória numa perspectiva decolonial, problematizam a utilização do passado numa narrativa elitizada e mítica. Dessa maneira, é evidente que as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais das localidades funcionam em torno de relações preestabelecidas. Procuramos, assim,

⁵⁴ Graduando em história pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: santos.italo@urca.br.

⁵⁵ NEXO JORNAL. ‘Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena’ – Entrevista com Ailton Krenak. Youtube, 2019. Disponível em; <https://youtu.be/urjJJwpGMJO>>; Acesso em: 08-09-2022.

⁵⁶ Na realidade regional o termo é designado para caracterizar alguém que se recusa a compartilhar qualquer tipo de bem. Para o contexto do estudo, o termo sovino está sendo empregado para caracterizar as relações coloniais onde o conquistador toma toda realidade boa para si.

refletir sobre o processo de caracterização social indígena em termos de significados presentes na produção bibliográfica exuense⁵⁷.

No desenvolvimento do estudo vamos discutir a presença indígena no livro *Exu três séculos de história*, bem como, sua utilização para a produção cultural exuense. Destacamos as relações entre colonizadores e colonizados, desnaturalizando a construção romantizada de personagens históricos e enfatizando o estudo da memória para então entendermos o processo de desclassificação. “Os estudos de memória respondem a uma necessidade de busca de identidades ameaçadas” (D’ALESSIO, 1998, p.270).

A pesquisa busca aludir a referências com relação à memória a partir dos estudos do sociólogo Michael Pollak, sobre memória, esquecimento e silêncio. O pesquisador aborda essa temática a partir de problematizações e comparações entre a memória dominante oficial e memória subterrânea, demonstrando os embasamentos que constituem sua construção de modo exemplificado. Sendo assim, podemos estudar a construção do silenciamento em torno dos povos originários.

Podemos enfatizar que o processo de expansão colonial não se resume em um bloco homogêneo geral. No entanto, os estudos regionais acerca das trajetórias e significações identitárias são necessários para a compreensão das especificidades das regiões. A principal obra analisada, refere-se ao livro *Exu três séculos de história*, e sua reverberação, tendo em vista que foi publicado no ano de 2011. O município possui outras obras a respeito da história local, como por exemplo o livro *Itinerário do Brígida subsídios para a história de Exu*, produzido pelo memorialista Francisco Robério Saraiva Fontes.

⁵⁷ A cidade de Exu é localizada no sertão do Araripe, próxima da cidade de Crato-Ceará, o município é reconhecido pela participação na vida de Luiz Gonzaga (rei do baião). A história da cidade é contada por memorialistas que de alguma forma tiveram grande vínculo com os poderes administrativos da cidade.

2. TEORIZANDO

A história e memória numa perspectiva decolonial compreende uma luta significativa no meio de produção intelectual para desconstruir a face oculta da modernidade, que se inscreve a partir da redução do outro como não humano, bárbaro e selvagem. Para nossa reflexão, o estudo a respeito da memória é concedido através de inquietações sobre a obra de memorialistas e sua reverberação. A autora do livro *Exu três séculos de história*, é considerada memorialista, pois se distancia das metodologias acadêmicas de pesquisa em história. Sendo assim, no que diz respeito às características de um memorialista, a pesquisadora Viviane Pedroso Domingues reflete no seu artigo:

Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica -, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história (DOMINGUES, 2011, p.2).

A estudiosa assegura e descreve as características de um texto escrito por memorialistas, que podemos identificar no livro *Exu três séculos de história*. Dessa maneira, o presente estudo caracteriza-se na análise crítica sobre a presença indígena na obra de cunho memorialista, para expandir o campo da consciência sobre a construção do passado indígena na cidade de Exu.

A reflexão trata fundamentalmente da exposição de como os povos indígenas compõem essas narrativas através de um jogo de memória/esquecimento, em que suas identidades são moldadas de acordo com os interesses do colonizador. Em consonância com Almeida, compreendemos que os povos indígenas do Brasil são continuamente colocados e lugar de estereotipia que os reduzem a um dualismo simplista entre “aculturados” e “índios puros” (ALMEIDA, 2010). No mesmo sentido, podemos evidenciar a memória como meio de desclassificação social dos povos indígenas, desse modo, também são válidos os estudos do sociólogo Michael Pollak, onde o mesmo descreve os conflitos entre memória oficial e dominante contra a memória subterrânea.

3. REVERBERAÇÃO E O SENTIDO DO “OUTRO”

A construção do *outro* no sentido de desclassificação social na produção bibliográfica exuense se manifesta principalmente no livro *Exu três séculos de história*.

Para a seguinte compreensão é válido analisar algumas estruturas de escrita que colocam os povos indígenas em posição de subalternos. A presente obra sobre a história de Exu é estruturada em mais de 300 páginas onde é resumido cerca de três séculos de história e dentro das narrativas podemos evidenciar as seguintes passagens como fonte reflexiva:

O povoamento do município de Exu deve ser considerado em termos de colonização econômica/demográfica. Seus primeiros povoadores foram seus primeiros desbravadores (ALENCAR, 2011, p.29). Foi a raça portuguesa, forte, corajosa, que modelou a espiritualidade das famílias sertanejas, notadamente as civilizações do couro, que resistiram à inclemência do meio e não deslutararam suas tradições culturais (ALENCAR, 2011, p.36).

Na seguinte escrita é colocado em vigor as características do colonizador produzidas pelos “colonizadores”, juntamente com as justificativas para as reduções dos povos indígenas. Nesse sentido, o estado de conquistadores e conquistados também é apresentado no formato em que a Europa está sendo modeladora da América nas relações luso-indígenas.

A partir do seguinte raciocínio é válido discorrer sobre a reverberação do livro *Exu três séculos de história*, que tem repercussão nas produções artísticas e educacionais da cultura local exuense. Para uma análise artística, vale destacar a peça teatral da companhia de teatro e dança Traquejo, que aborda de forma estereotipada a figura dos povos indígenas que habitavam o território da atual cidade de Exu, usando como referência o livro *Exu três séculos de história*. A peça teatral segue o parâmetro induzido pelo colonizador, enaltecendo os “desbravadores” e os colocando em posição de heróis.

O sentido em torno das abordagens que estão sendo referidas no arcabouço das reverberações também pode ser compreendido e justificado através das problemáticas que os historiadores enfrentam para estudar e reafirmar identidades ameaçadas, no mesmo sentido, é importante avultar em torno da resistência:

Portanto o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro (MONTEIRO, p.239).

O historiador John Manuel Monteiro discorre sobre as formas de resistência indígena, hoje presente em diversos estudos acadêmicos, principalmente aqueles que compreendem o século XVIII, onde os povos indígenas estavam em meio ao processo

de implementação de políticas indigenistas e silenciamento de identidades. Determinados trabalhos são importantes para os movimentos de reafirmação étnica e desconstrução da ideia de que os povos indígenas estão presentes apenas no passado colonial.

A utilização do livro *Exu três séculos de história*, é utilizado como referência regional para o estudo da história local. Consequentemente, o estudo da história indígena pode ser um problema para o protagonista indígena, pois, compreende uma narrativa que repete a mesma história, baseando-se em acervos privados familiares, coincidentemente pertencente à mesma família que “conquistou” os indígenas durante o período colonial. Ademais, podemos explorar os conceitos de história e memória construídos por um certo viés colonial, tendo ligação direta com a problemática.

A narrativa do livro *Exu três séculos de história* possui influência na produção do livro didático exuense, que aproxima-se de conteúdos a respeito da história e geografia da cidade. O livro foi distribuído principalmente nas escolas públicas de Exu-Pernambuco, no presente ano de 2022. O livro *EXU CIDADE DA GENTE* dedica uma boa parte de seu conteúdo para a história indígena local. A produção do livro didático foi fruto de um trabalho envolvendo participação de alguns professores da cidade, nas suas referências bibliográficas também possui tantas alusões de trabalhos elaborados por exuenses, quanto alusões de fontes e documentos que hoje estão presentes em arquivos.

A presença indígena nas páginas do livro didático *EXU CIDADE DA GENTE* segue um roteiro de consonância com as histórias repetidas pelos colonizadores, dedicando tópicos que desclassificam a cultura dos povos originários, na segunda unidade com a temática “*História e Memória*” o livro aborda perspectivas de progresso e um dos tópicos é nomeado de “*Festa para os invasores*”, romantizando as invasões coloniais. Determinada problemática se torna preocupante porque é refletida diretamente na educação, reproduzindo assim, a singularidade das relações coloniais a respeito da história dos povos indígenas.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo mostra a importância de se pesquisar e refletir a respeito do material produzido por memorialistas e sua reverberação no campo educacional, cultural e artístico. O trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre como a memória da presença indígena é abordada no livro *Exu três séculos de história*

publicado no ano de 2011 pela autora Thereza Oldam Alencar, assim como em outros materiais artísticos e didáticos que se valem deste livro como referência. Destacamos, em nossa análise, a importância de salientar uma perspectiva crítica em torno das narrativas que são impostas pela elite colonial.

7.REFERÊNCIAS

ALENCAR, Thereza Oldam. **Exu: três séculos de história**. Exu-PE: Ed. Do Autor, 2011. Cia de Teatro e Dança Traquejo. **Exu: Tabuleiro de auroras e utopias**. – Youtube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/pXHQuvBTK2g&qt> Acesso em: 09-11-2022.

CONCEIÇÃO, Joelma Oliveira. **MEMORIALISMO: NARRAÇÃO, FICÇÃO E HISTÓRIA. Um estudo da memória urbana de Jacobina através de escritores memorialistas**. UNEB2015.

Monografia (graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Curso de licenciatura plena em História. Jacobina-Ba. 2015.

D'Alessio, Marcia Mansor. **INTERVENÇÕES DA MEMÓRIA NA HISTORIOGRAFIA: IDENTIDADES, SUBJETIVIDADES, FRAGMENTOS, PODERES**. Prof. História, São Paulo, 1998.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. **ESPECIFICANDO A VALIDADE DO ESTUDO SOBREMORIALISTAS ATRAVÉS DO USO DA TEORIA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro: e o mito da modernidade**. La Paz: Plural Editores, 1994.

FONTES, Francisco Robério Saraiva. **Itinerário do Brígida – subsídios para a história de Exu**

– coleção municípios do Araripe vol. I, Exu: Editoração Anunciado Robério Saraiva. Edição comemoração. Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ. **‘Fórum entrevista o ativista indígena Ailton Krenak’**

– Youtube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/xBVr9ttsboY>. Acesso em: 05-09-2022.

KILOMBA, Grada - **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano** / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NEXO JORNAL. **‘Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena’ – Entrevista com Ailton Krenak**. Youtube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/urjJJwpGMJQ>. Acesso em: 08-09-2022.

Minicursos

MINICURSOS OFERTADOS DURANTE A XXII SEMANA DE HISTÓRIA

HISTÓRIA E RESISTÊNCIA: PESQUISAS E DEBATES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA NO NORDESTE

TÍTULO:	O GOLPE DE 1964 E SUAS RECEPÇÕES NO PIAUÍ: TERESINA EM PERSPECTIVA E SUAS POSIÇÕES QUANTO AO GOLPE MILITAR-EMPRESARIAL DE 1964 EM JORNAIS E NA FAFI.		
MINISTRANTE(S):	Ronald Cavalcante Castelo Branco		
DATA:	27/06/2023	HORÁRIO:	19 horas

TÍTULO:	AS BACHAPOSH: HISTÓRIAS DE MENINAS CRIADAS COMO MENINOS NO AFGANISTÃO		
MINISTRANTE(S):	Cícero Clementino de Oliveira		
DATA:	28/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	A HISTÓRIA DA CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA		
MINISTRANTE(S):	Kaio Henrique Bezerra Cardoso		
DATA:	28 e 29/ 06/ 2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	NOVO ENSINO MÉDIO, O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS.		
MINISTRANTE(S):	Francisco Egberto de Melo		
DATA:	26 e 27/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	LITERATURA DE CORDEL E SUAS PRÁTICAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES COMO FONTE HISTÓRICA DE PESQUISA		
MINISTRANTE(S):	Fernanda Gabriela Gerhardt Costa; Francisca Monalisa Martins Santos; Paula Cristiane de Lyra Santos		
DATA:	26 e 27/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	HISTÓRIA E A CULTURA DA MEMÓRIA: INTERFACES, DIÁLOGOS E ESPECIFICIDADES NO TEMPO PRESENTE		
MINISTRANTE(S):	Mateus Pinheiro		
DATA:	27/06/2023	HORÁRIO:	

TÍTULO:	MENINA BENIGNA E IGREJA CATÓLICA: PESQUISANDO UM FEMINICÍDIO NAS VEREDAS DA SANTIDADE		
MINISTRANTE(S):	Cicera Renata Fernandes de Lima		
DATA:	29/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	A CULTURA CARIRIZEIRA: UTOPIAS E RESISTÊNCIA		
MINISTRANTE(S):	Carlos Rafael Dias		

DATA:	27/06/2023	HORÁRIO:	19 horas
--------------	------------	-----------------	----------

TÍTULO:	BENZE CACETE: O EXÉRCITO DE PINTO MADEIRA		
MINISTRANTE(S):	Maria Aparecida de Sousa; Marília Isabel Tomaz Rocha de Moraes; Thaís Maria Bezerra Ferreira Silva		
DATA:	28 e 29/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS POSITIVAS NAS REDES SOCIAIS.		
MINISTRANTE(S):	Maria Aparecida das Chagas Furtado; Iraicsa Unias Silva		
DATA:	26 e 27/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	ENSINO DE HISTÓRIA E OS IMPACTOS DA CULTURA VISUAL NA FORMAÇÃO ESCOLAR		
MINISTRANTE(S):	Túlio Henrique Pereira; Mateus Araujo; Sâmia da Silva Julião		
DATA:	28 e 29/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

Oficinas

OFICINAS OFERTADAS DURANTE A XXII SEMANA DE HISTÓRIA

HISTÓRIA E RESISTÊNCIA: PESQUISAS E DEBATES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA NO NORDESTE

TÍTULO:	O CONCEITO DE GÊNERO: DO TCC AO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO		
MINISTRANTE(S):	Cícera Renata Fernandes de Lima; José Anderson do Nascimento; Joyce Ferreira Sousa		
DATA:	26/06/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	A DITADURA MILITAR NO CARIRI: A VIOLÊNCIA E A OPRESSÃO NO CARIRI CEARENSE		
MINISTRANTE(S):	Déborah Marízzza Arruda de Lima; Gabriela Cruz Abreu		
DATA:	27/06/2023	HORÁRIO:	08 horas

TÍTULO:	FONTES E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA ACADÊMICA A PARTIR DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO CARIRI – CEDOCC.		
MINISTRANTE(S):	Leidiane Francelina Batista Francisco; Leonardo Silva Alencar		
DATA:	03/07/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	NORDESTE E CANÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE A PARTIR DAS MÚSICAS DE LUIZ GONZAGA		
MINISTRANTE(S):	Antônia Rosana Silva; Pablo Thierry de Oliveira Silva.		
DATA:	03/07/2023	HORÁRIO:	13 horas

TÍTULO:	GÊNERO E DITADURA MILITAR NO CARIRI: GRANDES NOMES E RESISTÊNCIA		
MINISTRANTE(S):	Aparecida Valdcélia Ferreira de Almeida; Janizi das Dores Rodrigues		
DATA:	27/06/2023	HORÁRIO:	19 horas